

**Universidade de São Paulo
Escola de Artes, Ciências e Humanidades**

**Participação das mulheres da favela
Vila Nova Esperança, SP**

**São Paulo
2015**

**Universidade de São Paulo
Escola de Artes, Ciências e Humanidades**

Karoline Alves de Araújo

Participação das mulheres da favela Vila Nova Esperança, SP

Projeto apresentado à Escola de Artes, Ciências e Humanidades para aprovação na disciplina Projeto de Formatura II (ACH1088) para obtenção do título de Bacharel em Gestão Ambiental.

Orientador: Euler Sandeville Júnior

**São Paulo
2015**

Nome: ARAÚJO, Karoline Alves de,
Título: Participação das mulheres da favela Vila Nova Esperança, SP

Projeto apresentado à Escola de Artes, Ciências e Humanidades para aprovação na disciplina Projeto de Formatura II (ACH108) para obtenção do título de Bacharel em Gestão Ambiental.

Aprovado pelo orientador em: 07/07/2015



Orientador: Prof. Dr. Euler Sandeville Junior

Relatoras

Silvia Helena Zanirato (EACH-USP)

Karina Oliveira Leitão (FAU-USP)

Agradecimentos

Ao Willian, meu companheiro, por toda paciência, carinho e ajuda com as transcrições.

À Juliana, por me apresentar a Vila Nova Esperança e me aceitar como parte de seu projeto de alguma forma.

À Lia e à todas as mulheres da Vila Nova Esperança que me receberam muito bem em suas casas e aceitaram fazer parte desta pesquisa.

Ao meu orientador, Euler, pelas devidas orientações, pela disponibilidade e por aceitar me orientar.

À minha mãe e às minhas amigas Julianna e Mariana, por acreditarem em mim e no meu potencial.

Resumo

A Vila Nova Esperança é uma favela localizada no extremo oeste da cidade de São Paulo, na divisa com Taboão da Serra. Em 2014 a vila foi demarcada como uma ZEIS 1, o que possibilitou a elaboração de um plano de urbanização por iniciativa da comunidade. Tendo em vista que as mulheres experienciam o território de forma diferenciada e que são as mais prejudicadas pelas desigualdades socioterritoriais, o objetivo deste projeto é analisar a participação das mulheres em projetos socioambientais e no processo de urbanização da favela Vila Nova Esperança, buscando elucidar os limites e as potencialidades gerados pela desigualdade de gênero. A metodologia de observação participante foi utilizada para estudar o envolvimento das mulheres com os projetos e as entrevistas de história oral foram utilizadas para conhecer suas trajetórias de vida e suas percepções sobre a participação. Foram realizadas 11 entrevistas com moradoras da VNE. As reuniões sobre área de risco, resíduos sólidos e creches, bem como os mutirões da horta e a realização de almoço comunitário demonstraram questões de gênero importantes. A maioria dos participantes em reuniões e mutirões são as mulheres e a isso algumas mulheres atribuem a uma postura de menor responsabilidade adotada pelos homens. A luta pela moradia e por melhorias para a comunidade provocou a saída das mulheres do espaço privado para o público e a conciliação entre os espaços ainda é um desafio. A responsabilidade atribuída socialmente as mulheres revela um potencial enquanto pessoas ativas e participantes, pois elas internalizam que cabe a elas a luta pelo bem-estar de sua família, o que as motiva no envolvimento com os projetos. Na medida que conquistam melhorias sociais a partir da atuação política, a autoconfiança e empoderamento psicológico aumentam e incentivam a continuidade de suas ações. O limite se dá quando as mulheres não conciliam a participação com sua responsabilidade doméstica e são cobradas a retornar aos cuidados com a casa, com o marido e com a educação dos filhos.

Abstract

The Vila Nova Esperança is a slum located in the far west of the city of São Paulo, on the border with Taboão da Serra. In 2014 the village was demarcated as a ZEIS 1, which allowed the community prepare an urban planning. Bearing in mind that women experience the territory in different ways and which are the most affected by socio-territorial inequalities, the objective of this project was to analyze the participation of women in social and environmental projects and in urban planning of Vila Nova Esperança, seeking to clarify the limits and potential generated by gender inequality. Participant observation methodology was used to study the involvement of women with projects and oral history interviews were used to know their life stories and their perceptions on participation. 11 interviews with residents of VNE were held. Meetings about risk area, solid waste and kindergartens, as well as the joint efforts of the garden and conducting community lunch showed important gender issues. Most participants in meetings and task forces are women and for that some women attach to a position of lesser responsibility adopted by men. The struggle for housing and improvements to the community led to the departure of women in the private space to the public and the reconciliation between them is still a challenge. The responsibility assigned women socially reveals a potential as active participants because they internalize it's up to them to fight for the welfare of his family, which motivates involvement with the projects. As they gain social improvements from political action, self-confidence and psychological empowerment increase and encourage the continuity of their actions. The limit is when women do not reconcile involvement with their domestic responsibilities and are charged to return to the care of the house, with her husband and their children's education.

Sumário

Apresentação	8
1. Introdução	8
1.1. História de ocupação da favela Vila Nova Esperança.....	11
1.2. Plano Diretor: a Vila Nova Esperança como ZEIS	15
1.2.1. Plano Popular de Urbanização	17
1.3. Participação das Mulheres no planejamento territorial	17
2. Metodologia	19
2.1. História oral	19
2.2. Observação Participante.....	22
3. Interlocuções	24
4. Viés da pesquisadora.....	29
5. A vida na vila.....	32
6. Participação em atividades da vila.....	41
6.1. Áreas de risco	45
6.2. Resíduos sólidos	49
6.3. Creche.....	53
6.4. Horta comunitária	55
6.5. Almoço comunitário	61
7. Percepção sobre a participação.....	63
8. O que é ser mulher: autodefinição de gênero	75
9. Considerações finais.....	77
10. Bibliografia.....	81
11. Anexo.....	85

Participação das mulheres da favela Vila Nova Esperança, SP

Apresentação

Este trabalho trata-se do Projeto de Formatura da graduação em Gestão Ambiental e foi desenvolvido no Núcleo de Estudos da Paisagem do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade) da FAU/USP, coordenado por Euler Sandeville Júnior. O objetivo deste projeto é analisar a participação das mulheres em projetos socioambientais e no processo de urbanização da favela Vila Nova Esperança, buscando elucidar os limites e potencialidades gerados pela desigualdade de gênero. Dentro do LabCidade outros discentes desenvolvem trabalhos finais de graduação na vila, como a Juliana S. Costa que iniciou a elaboração participativa do Plano Popular de Urbanização em 2014 e desde então venho realizando observação participante das reuniões e atividades que fazem parte do plano, bem como de outros projetos socioambientais desenvolvidos na vila, que também se relacionam com a urbanização. Além da observação da participação das mulheres, foi utilizada a metodologia de história oral como forma de conhecer a trajetória de vida e a percepção sobre o envolvimento com os projetos.

1. Introdução

A Região Metropolitana de São Paulo passou por um processo de periferização em seu crescimento e apresentou aumento significativo no índice de favelização. Até a década de 1990, aproximadamente 20% da população do município de São Paulo residia em núcleos ocupados por favelas (MARICATO, 1996; GROSTEIN, 2001). Os grupos de mais baixa renda residem em áreas com más condições urbanísticas e sanitárias e em situações de risco, pois estas áreas são as únicas acessíveis por serem públicas e/ou de preservação, ou por

tratarem-se de regiões muito desvalorizadas no mercado de terras, devido às características de risco e à falta de infraestrutura urbana (JACOBI, 1994).

Como resultado destes processos, áreas ambientalmente vulneráveis têm sido ocupadas e degradadas, mesmo que sejam protegidas por legislação ambiental e urbanística (GONDIM, 2012).

A ocupação humana nestas áreas ambientalmente vulneráveis conflita com os interesses de preservação ambiental, criando-se uma dicotomia entre homem e natureza. Para Fernandes (2002), do ponto de vista legal, os direitos à moradia e à preservação são compatíveis, pois ambos são constitucionalmente protegidos e fundamentados no mesmo conceito de função socioambiental da propriedade.

A área ocupada pela favela Vila Nova Esperança (Figura 1) constitui um dos casos de conflito socioambiental em área de remanescentes florestais na RMSP. Assim como em outras áreas, a ocupação humana tem conflitado com a preservação ambiental.

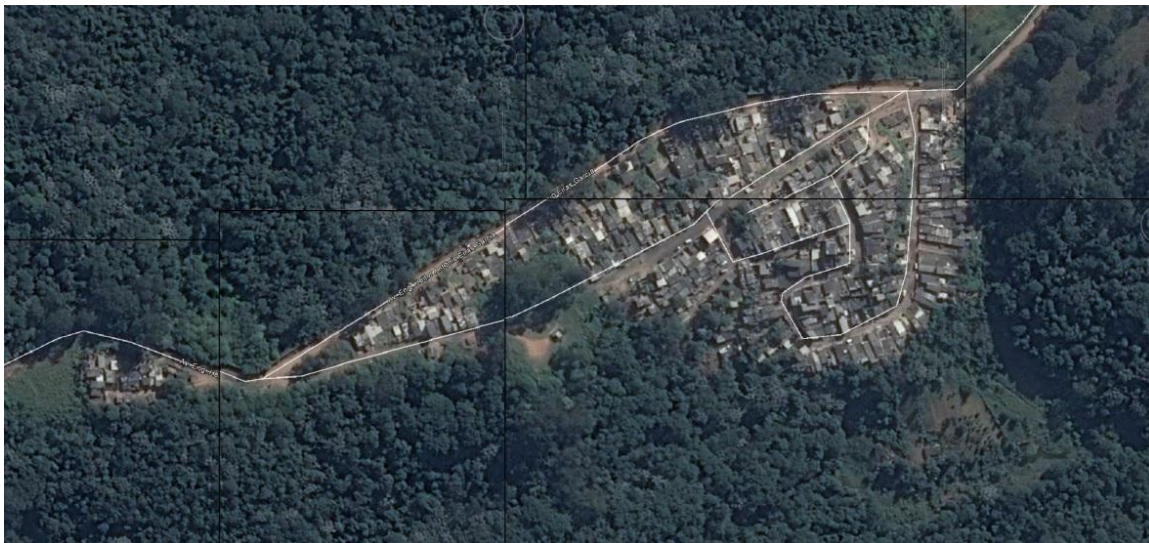


Figura 1 - Foto satélite da Vila Nova Esperança em escala 1:1000 (CHANG *et al*, 2014)

Com uma ocupação que dura mais de quatro décadas, a VNE reivindica o direito de moradia de forma organizada e vem resistindo aos esforços para sua

retirada. Em 2014 o Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo demarcou a área como Zona Especial de Interesse Social, o que permitiu para a comunidade a iniciativa popular de elaborar um Plano de Urbanização que deve ser aprovado pela Prefeitura para ser implantado.

As desigualdades socioterritoriais são sentidas de forma mais intensa pelas mulheres de baixa renda devido a construção social de gênero, que destina às mulheres o papel social de serem responsáveis pela reprodução, de forma que ficam restritas ao espaço privado. Por isso, a elaboração de um Plano de Urbanização deve levar em conta as vivências cotidianas das mulheres que ocupam o território que sofrerá intervenção.

Conheci a vila em 2014, quando pretendia ajudar a Juliana Costa a pensar em soluções baseadas nos princípios da Permacultura para a urbanização, o que era meu primeiro tema pretendido como projeto de formatura. Na ocasião fui apresentada à líder comunitária, Maria de Lourdes, mais conhecida como Lia. Presenciei algumas reuniões e me surpreendi em como sempre em maioria numérica, as mulheres ocupavam aquele espaço, mesmo com filhos no colo, em reuniões às 8 horas da manhã de um sábado ou às 19 horas da noite em dias da semana. Observava mulheres que entravam caladas e saiam caladas e mulheres que pareciam se sentir muito à vontade para falar naquele espaço. Destas observações preliminares surgiram as motivações para realizar esta pesquisa. Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar a participação das mulheres nos projetos socioambientais, bem como no processo de urbanização da favela Vila Nova Esperança, entendendo os limites e potencialidades gerados pela desigualdade de gênero.

Para contextualização deste projeto será apresentado o histórico de ocupação da VNE e os esforços do Poder Público em realizar a sua retirada; a demarcação da VNE como ZEIS; a elaboração do Plano Popular de Urbanização e; a importância da participação das mulheres no planejamento territorial.

1.1. História de ocupação da favela Vila Nova Esperança

A área ocupada pela vila se localiza na Avenida Engenheiro Antônio Heitor Eiras Garcia, entre os números 9000 e 9500, na divisa entre os municípios de São Paulo e Taboão da Serra. Ao Sul a vila faz divisa com a mata da Caixa Beneficente da Polícia Militar, ao norte com o Parque Jequitibá, a leste com o terreno da família Basile e a oeste com aterro situado na Av. Eng. A. H. Eiras Garcia (Figura 2).



Figura 2 - Entorno da Vila Nova Esperança (Foto adaptada de Vieira, 2013)

A ocupação do terreno onde hoje se encontra a vila remonta a década de 1960. Ao longo deste período viviam na área cerca de dez famílias que desenvolviam atividades de olaria e agricultura de subsistência. As casas haviam sido cedidas pelo proprietário das terras que mantinha fornos de olarias e locais de extração de material com a finalidade de produção de cerâmicas (COSTA, 2006).

Quando a olaria foi desativada os primeiros moradores permaneceram e a ocupação se manteve estável até meados da década de 1970. Nesta época ocorre um adensamento populacional nas terras próximas a Rodovia Raposo Tavares entre os quilômetros 15 e 19. No decorrer da década alastra-se a crise econômica pelo país e a partir de 1980 cresce o número de pessoas na região e a ocupação chega até a divisa de São Paulo com Taboão da Serra, topo do divisor de águas das bacias hidrográficas dos córregos Pirajussara e Itaim (SÃO PAULO, 2010). A maior parte dos moradores atuais é desta época e provém do nordeste do país (MESSIAS, 2012).

No início da década de 1990, a Vila Nova Esperança se expande e avança em direção ao sul. Neste período ocupa também a área pertencente a Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado de São Paulo, já no município de Taboão (SÃO PAULO, 2010). A partir de 1994 as vias dos bairros próximos se consolidam, em especial a do Jardim Amaralina e da Vila Olímpica. A favela VNE, entretanto, apesar de também diminuir sua taxa de crescimento, teve sua expansão ocorrendo em direção as áreas verdes (VIEIRA, 2013). Outro fato importante é a passagem em 1997 de uma área de 73 mil m² que compunha a antiga Fazenda Tizo a uma moradora, “a partir da escritura de cessão de direitos possessórios celebrada entre Sadao Iwamura e Mitiko Iwamura (cedentes) e Sebastiana do Prado Souza (cessionária)” e que portanto, esta gleba corresponde à sobra da área de implantação do Parque Tizo, onde se localiza a VNE (BARROS, et al, 2013).

Os anos 2000 trouxeram muitas mudanças e novos conflitos na área. Em 2002 um grupo de 2 mil pessoas ocuparam a área, o que resultou na abertura do inquérito civil 227/02 e na elaboração de um Auto de Infração Ambiental. A Patrulha Ambiental que foi à região constatou que cerca de 300 famílias viviam ali. No mesmo ano os bairros vizinhos se mobilizaram contra a ocupação por meio da Sociedade Amigos do Bairro Parque do Ipê e da Sociedade Amigos do Jardim Amaralina. A imprensa foi comunicada e o CDHU alega propriedade

sobre a gleba por meio de escritura de venda e compra, registrada em 2001. A CDHU acionou a justiça com o pedido de reintegração de posse que foi concedida pela Juíza de Direito da 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo e efetuada em dezembro do mesmo ano com auxílio da Polícia Militar. Após a reintegração de posse a CDHU cedeu em 2003 os direitos de uso para a Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP) afim de que a Concessionária implantasse uma central integrada de abastecimento de São Paulo. No mesmo ano o Ministério Público emitiu parecer proibindo a construção de qualquer tipo de intervenção antrópica na área por se tratar de um remanescente da Mata Atlântica, o que impossibilitou a pretensão da CDHU (BARROS, et al, 2013).

Em razão do parecer, em 2003 o Ministério Público entrou com uma Ação Civil Pública por danos ao meio ambiente contra a CDHU devido a existência de edificações dentro da área. O processo se alastrou até 2005 quando a CDHU obteve resultado favorável a ela, porém não sem sofrer pressões do MP para que remova as famílias da favela. Durante todo o processo não houve participação das moradoras e moradores da comunidade que só tomaram ciência do processo em 2010 (VIEIRA, 2013).

Como forma de atender a demanda do MP, a CDHU firmou uma cooperação com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Secretaria de Habitação para a criação em 2006 do Parque Urbano de Conservação Ambiental e Lazer, o Parque Tizo (atual Parque Jequitibá) sancionado no mesmo ano pelo Decreto nº 50.597. A área destinada ao Parque possui 130 hectares não sendo incluídas as áreas onde hoje se localiza a vila nem a faixa de domínio da Dersa/Rodoanel (SÃO PAULO, 2006).

A CDHU e o MP, no entanto, continuaram a buscar a retirada das famílias do local respaldada na Ação Civil Pública de 2005, o que culminou em 2010 em uma audiência pública para explicar a situação a qual estavam subjugados. Não houve acordo e em 2011, no mesmo dia em que estava marcada uma audiência

com a liderança da vila, as moradoras e moradores receberam a visita de técnicos da CDHU acompanhados de homens armados não identificados (Figuras 3 e 4) que disseram estar cumprindo a remoção das casas da área (VIEIRA, 2013). Diante da decisão da Ação tendo em vista que não houve a devida comunicação a comunidade e o histórico dos conflitos, as moradoras e moradores da vila por meio de sua Associação protocolaram um pedido de reconsideração para que as conclusões sejam revistas.



Figura 3 - Homem não identificado aponta arma para moradores (Imagem obtida através do vídeo de Correa (2011))



Figura 4 - Homem armado e com gás de pimenta (Imagem obtida através do vídeo de Correa (2011))

Mesmo com tantos esforços para que a vila seja desocupada, no Plano Diretor do Parque Jequitibá consta que a Secretaria do Meio Ambiente tem realizado esforços para que a Vila Nova Esperança seja urbanizada com padrões de menor impacto ambiental aos remanescentes florestais e à qualidade das águas das nascentes (SÃO PAULO, 2010). Isto consiste no primeiro reconhecimento de que a vila não deveria ser desocupada.

Ao resgatar a história das trajetórias das mulheres da vila através da história oral, pode-se dizer que busca-se aprofundar e reescrever essa história a partir dos principais envolvidos.

1.2. Plano Diretor: a Vila Nova Esperança como ZEIS

Segundo a Associação Independente da Vila Nova Esperança, no zoneamento do Plano Diretor de São Paulo de 2002, a área ocupada pela VNE era classificada como Área de Contenção Urbana e Uso Sustentável.

No zoneamento do novo Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo de 2014 a Vila Nova Esperança foi classificada como uma ZEIS 1 - Zona

Especial de Interesse Social, correspondendo à área vermelha da Figura 5. Segundo a Lei nº 16.050,

as zonas especiais são porções do território com diferentes características ou com destinação específica que requerem normas próprias de uso e ocupação do solo. São porções do território destinadas, predominantemente, à moradia digna para a população da baixa renda por meio de melhorias urbanísticas, recuperação ambiental e regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares, bem como à provisão de novas Habitações de Interesse Social - HIS e Habitações de Mercado Popular - HMP a serem dotadas de equipamentos sociais, infraestruturas, áreas verdes e comércios e serviços locais, situadas na zona urbana (SÃO PAULO, 2014).

As ZEIS do tipo 1 são áreas caracterizadas pela presença de favelas, loteamentos irregulares e empreendimentos habitacionais de interesse social, e assentamentos habitacionais populares, habitados por população de baixa renda, onde haja interesse público em manter a população moradora e promover a regularização fundiária e urbanística, recuperação ambiental e produção de Habitação de Interesse Social.

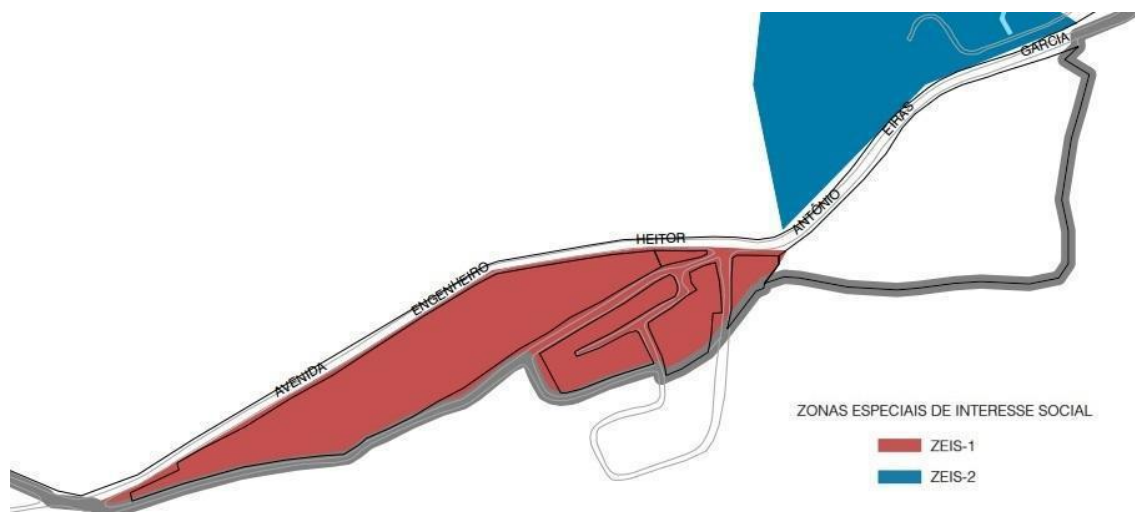


Figura 5 - Vila Nova Esperança como ZEIS 1 no Zoneamento do Plano Diretor de São Paulo. Imagem adaptada da imagem AC21 do Plano Diretor Estratégico (SÃO PAULO, 2014).

Segundo o 50º artigo do Plano Diretor (2014), os planos de urbanização de ZEIS 1 deverão ser formulados preferencialmente pelo Executivo, com a participação direta de seus respectivos moradores e conselhos gestores. No

entanto, os moradores, suas entidades representativas e os membros do respectivo Conselho Gestor da ZEIS 1 poderão tomar a iniciativa de elaborar planos de urbanização, que serão submetidos à Prefeitura para aprovação.

1.2.1. Plano Popular de Urbanização

Por iniciativa das moradoras e moradores, o Plano Popular de Urbanização da Vila Nova Esperança está em processo de elaboração. A estudante de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Juliana Simionato Costa, está colaborando com a elaboração do plano como seu trabalho de formatura de graduação desenvolvido no Núcleo de Estudos da Paisagem.

O plano visa mitigar os impactos ambientais negativos, com a conformação de uma Vila Ecológica seguindo os preceitos da permacultura, o que vai de encontro com iniciativas já realizadas pela comunidade.

A comunidade da VNE construiu e mantém coletivamente uma horta comunitária que em 2014 recebeu o primeiro lugar do Prêmio Milton Santos na categoria Consolidação de Direitos Territoriais e Culturais, concedido pela Câmara Municipal de São Paulo. Além disso, a comunidade se organiza para a realização de mutirões de limpeza, plantio de árvores e tem tentado impedir a chegada de novos ocupantes, buscando demonstrar ao Poder Público o interesse de colaborar com os esforços de preservação dos remanescentes florestais.

1.3. Participação das Mulheres no planejamento territorial

Neste trabalho considera-se que gênero não é apenas uma questão biológica, considera-o como produto social, apreendido, institucionalizado e transmitido pelas gerações, isto é, construído socialmente. Além disso, entende-se que gênero envolve hierarquia, uma distribuição desigual de poder, que leva

a subalternização da mulher na organização da vida social (FREITAS, et al, 2010).

O modelo de expansão urbana marcado pela periferização, na qual a população de baixa renda ocupa áreas sem infraestrutura, equipamentos públicos e qualidade ambiental e sanitária expõem as mulheres, de forma mais intensa, a um padrão de vida precário e marcado pela violência (CYMBALISTA, et al, 2011; SANTORO, 2008).

Devido a construção social de gênero as mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho na esfera da reprodução (trabalho doméstico e cuidado com filhas e filhos), isso as torna as mais prejudicadas pela precariedade de serviços públicos como abastecimento de água, drenagem, tratamento de esgotos e coleta de lixo, bem como pela precariedade ou carência de equipamentos públicos comunitários como creches, escolas, lavanderias e cozinhas comunitárias. E ainda para Cymbalista et al (2011):

A ausência de qualidade urbanística das ruas e calçadas e a precariedade do transporte público prejudica de forma mais intensa a mobilidade das mulheres, seja das mães que carregam seus filhos ou carrinhos de bebês, as acompanhantes de idosos ou pessoas portadoras de deficiências, das chefes de família que carregam as compras para abastecimento da casa. Além disso, percebemos que nos bairros mais pobres os poucos espaços públicos - normalmente campos de futebol ou quadras esportivas – são na maior parte do tempo apropriados pelos homens.

A demarcação de ZEISs em áreas já ocupadas por favelas ou loteamentos clandestinos, como é o caso da VNE, também pode significar melhorias na condição feminina, pois como já citado as ZEIS são áreas ocupadas por população de baixa renda, em que há interesse público em promover a recuperação urbanística, a regularização fundiária, a produção e manutenção de habitação de interesse social, incluindo equipamentos sociais e culturais, espaços públicos, serviço e comércio de caráter local. Cymbalista (2008) também destaca que a participação das mulheres nos conselhos

gestores das ZEIS, responsáveis pela elaboração do Plano de Urbanização, deve ser garantida.

Levando em conta que as desigualdades socioterritoriais são sentidas de forma mais intensa pelas mulheres e que o estabelecimento de uma ZEIS pode implicar em melhora para elas, é imprescindível que o Plano Popular de Urbanização da Vila Nova Esperança seja elaborado com atenção à participação das mulheres em sua construção.

A participação das mulheres precisa levar em consideração aspectos relacionados a construção social do gênero. As mulheres em geral estão envolvidas na vida doméstica e, muitas vezes, precisam levar os filhos e filhas quando participam da vida pública.

Para ações de intervenção no território como o processo de urbanização de uma favela, é importante conhecer a trajetória das mulheres, pois homens e mulheres experienciam o território de forma diferenciada, sendo que essas trajetórias revelam as vivências cotidianas das mulheres dentro de suas tarefas familiares, domésticas e profissionais.

2. Metodologia

As metodologias utilizadas neste trabalho foram a história oral e a observação participante. A história oral foi utilizada como forma de compreender a trajetória de vida e a percepção das mulheres sobre a Vila Nova Esperança e os espaços de participação. A observação participante foi o meio pelo qual observei a participação das mulheres nos espaços.

2.1. História oral

A história oral é uma metodologia de pesquisa baseada na fonte oral e voltada à produção de narrativas como fontes do conhecimento (DELGADO,

2006). A história oral busca dar voz ao cotidiano, aos pequenos eventos do dia-a-dia (MEIHY, 1996; FREITAS, 2010).

A memória pessoal em detalhe perpassa a memória coletiva, pois também é familiar, grupal e social, já que as falas remetem a um contexto social, aos valores e à cultura (BOSI, 1987). Neste sentido, Salvatici (2005) elucida que a história oral de mulheres contribui para destacar a interconexão entre a construção de papéis sociais e os direitos de cidadania nas narrativas coletivas e suscita novas questões na esfera da relação entre história e memória. E ainda para Rovai (2013) abordar a história das mulheres “não é tratar de uma mulher única, submissa aos homens, nem as entender somente em oposição a eles. É abordar uma variedade de memórias que as colocam, muitas vezes, lado a lado com eles nas lutas cotidianas e políticas”.

A metodologia de história oral se baseia na realização de entrevistas com atores sociais ligados aos objetivos da pesquisa, tanto em sua forma “temática” quanto em sua forma de “história de vida”. Segundo Meihy (1996) a história oral constitui uma percepção do passado como algo que apresenta continuidade no presente, em que o processo histórico não está encerrado, isto é, constitui-se metodologia apropriada para o objetivo de pesquisa deste trabalho tendo em vista que envolve um processo histórico de ocupação que na atualidade não se deu por encerrado.

Foi utilizada a metodologia de história oral como forma de resgatar a trajetória e experiências das mulheres. Foram realizadas entrevistas, gravadas através de aplicativo do celular. As perguntas das entrevistas buscavam ser simples e diretas.

O roteiro elaborado para as entrevistas (Anexo 1) foi baseado nos Modelos de Perguntas que Thompson (1988) sugere e foi dividido em duas partes: na primeira caracteriza-se a história de vida e na segunda caracteriza-se a percepção sobre a VNE e seus espaços de participação. Em determinadas entrevistas a distinção não foi tão clara, pois há moradoras que nasceram na vila

e para estas pessoas a história de vida e a Vila Nova Esperança não se diferenciam. No momento das entrevistas baseava-me neste roteiro, mas de forma flexível e imaginativa, buscando adaptar às pessoas entrevistadas, ao ritmo da fala e aos temas que a própria interlocutora trazia à narração.

Procurei fazer entrevistas com mulheres de diferentes faixas etárias, ocupações e localização da moradia na VNE, o que Thompson (1988) chama de amostras por quotas. A faixa etária possibilitaria conhecer as diversas gerações de mulheres. A localização no território busca apresentar as realidades da favela, pois para uma pessoa que mora na área de risco as vivências são diferentes de uma pessoa que vive em uma área melhor estruturada, por exemplo. Desta forma, esta categoria busca uma distribuição entre as moradoras de cada rua da VNE. A categoria de ocupação visa uma distribuição entre mulheres empregadas, mulheres do mercado informal e mulheres desempregadas, de modo a conhecer as diferentes relações de trabalho que as mulheres de baixa renda enfrentam.

Para além destes critérios, também seguiu-se o critério de singularidade, como postula Thompson (1987), que leva em conta que há histórias de vida que são excepcionais e que devem ser gravadas. Este é o caso da líder comunitária e presidente da Associação Independente da VNE, Maria de Lourdes Andrade de Souza.

Após a gravação das entrevistas realizei a transcrição, isto é, a passagem da forma oral para escrita. Em seu Manual de História Oral, Alberti (2005) postula que “os “erros” cometidos na linguagem falada não têm peso equivalente aos da linguagem escrita. Mantê-los na entrevista transcrita seria conferir-lhes um destaque que não adquirem na conversa” e que deve-se “escrever as palavras de acordo com as normas ortográficas (não transcrever, por exemplo, “Eu vô fazê um isforço pra respondê”).

Adotou-se este padrão para a transcrição, no entanto, para manter maior originalidade, buscou-se não alterar os substantivos (que expressam como elas

nomeiam o mundo) e expressões marcantes como provérbios e ditos populares presentes na fala de cada interlocutora.

2.2. Observação Participante

Como forma de observar a atuação das mulheres nos espaços participativos será utilizada a metodologia de observação participante. A concepção de observação participante deste trabalho é a de Angrosino (2009) que postula que a observação participante não é propriamente um método, mas um estilo pessoal adotado pelo etnógrafo para facilitar seu trabalho. Dado que, em uma etnografia não participante o pesquisador se relaciona com os membros da comunidade estudada estritamente como pesquisador, na observação participante, os participantes concordam em conviver com a presença do pesquisador.

Ainda para Angrosino (2009), etnografia é um método baseado em pesquisa de campo, no local onde as pessoas vivem e personalizado, realizado por pesquisadores face a face com as pessoas que estão sendo estudadas. A etnografia requer um compromisso de longo prazo, isto é, a interação com as pessoas dura um longo período de tempo. Também se trata de um método dialógico, pois as conclusões e interpretações podem ser discutidas com as pessoas estudadas na medida que estão sendo formadas.

Para Gori (2006) na observação participante os pesquisadores devem ter uma postura de “escuta” e de elucidação dos diversos aspectos da situação, sem imposição de suas concepções.

A escolha pelo método da observação participante constitui uma forma de reconhecer que a pesquisa não está acima de qualquer interferência, como as ciências normais que são marcadas pela valorização de uma suposta “neutralidade”, como se fosse possível estar do “lado de fora” da realidade (DEMO, 1995 apud LOUREIRO, 2007).

A observação participante e também a história oral, enquanto abordagens qualitativas nos levam a reconhecer:

[...] (a) a transitoriedade de seus resultados; (b) a impossibilidade de uma hipótese a priori, cujo objetivo da pesquisa será comprovar ou refutar; (c) a não neutralidade do pesquisador que, no processo interpretativo, vale-se de suas perspectivas e filtros vivenciais prévios dos quais não consegue se desvencilhar; (d) que a constituição de suas compreensões dá-se não como resultado, mas numa trajetória em que essas mesmas compreensões e também os meios de obtê-la podem ser (re)configuradas; e (e) a impossibilidade de estabelecer regulamentações, em procedimentos sistemáticos, prévios, estáticos e generalistas (GARNICA, 2005).

As técnicas de pesquisa qualitativa podem permitir maior controle do viés do pesquisador, pois na medida em que se explicitam as premissas valorativas o pesquisador tem consciência de sua subjetividade. Além disso, no longo período de tempo requerido para a observação participante, o pesquisador observa o cotidiano e o comportamento e conversa para descobrir as percepções sobre diferentes situações podendo compará-las e interpretá-las. Para Goldenberg (2009), a participação a longo prazo impede que o pesquisador ignore informações que contrariam suas hipóteses e isto auxilia o pesquisador do viés de “ver apenas o que quer ver”. Dessa forma, a observação participante como metodologia participativa busca estabelecer relações mais horizontais que privilegiam a escuta e evitam a imposição de concepções próprias do pesquisador.

Como registro, durante a pesquisa, as anotações eram feitas em um bloco de notas e em outro caderno as informações eram repassadas de forma mais organizada, com a data, os nomes de alguns participantes, a contagem de participantes por gênero e descrevendo o contexto das reuniões e as discussões levantadas, principalmente em relações de gênero.

As observações, seguindo a concepção participativa, foram feitas no cotidiano da vila, em mutirões de limpeza da favela e da horta, em momentos de confraternização da comunidade como os almoços comunitários e,

principalmente, em reuniões na sede da Associação Independente da VNE, que discutiam a concepção do plano popular de urbanização e em demais reuniões de outros projetos em andamento. De modo geral, visitava a vila duas vezes por semana, tanto para tentar gravar entrevistas quanto para observar o cotidiano, as reuniões e atividades. Também participei de alguns mutirões, pois a proximidade de trabalhar lado a lado com os moradores permitia melhor observar as relações de gênero.

Por fim, é preciso considerar que a metodologia não pode ser tratada como um conjunto de métodos para a realização de uma determinada investigação, mas sim, como postula Goldenberg (2009) deve ser tratada como a articulação entre procedimentos específicos e fundamentação teórica que regula os métodos considerados apropriados e consistentes para o objetivo da pesquisa. Portanto para a realização deste trabalho serão utilizadas as metodologias de história oral e pesquisa participante de forma articulada, visto que as relações estabelecidas pela observação participante com o grupo estudado intermediaram as entrevistas de história oral que foram realizadas.

3. Interlocuções

Realizei entrevistas com 11 mulheres, incluindo a Lia. A maioria delas não hesitou em gravar e responder minhas perguntas, isto porque fui apresentada a elas por meio de pessoas em quem confiavam, como a Juliana (citada anteriormente), a própria Lia ou a Vaninha que também ajudava levando-me até a casa das mulheres. Somente uma das mulheres ficou bastante envergonhada e dizia “não saber contar história” e não voltei a insistir. Minha primeira conversa foi com Val e em seguida com a Dona Maria, em outro dia gravei com a Gilda e com a Antônia, na quarta vez consegui conversar com a Violeta, a Andreia e a Elza.

Em uma das reuniões eu conheci a Mayte, uma estudante intercambista espanhola de Comunicação Social, que começou a gravar um documentário sobre a vila e permacultura urbana. Ela também pretendia gravar depoimentos de moradores sobre suas histórias na vila. Eu conversei com ela sobre trabalharmos juntas, pois os moradores respondem inúmeros questionários de pesquisadores e projetos sociais e isso devia saturá-los. Então, enquanto eu gravava a voz e fazia minhas perguntas, ela filmava e fazia as perguntas que a interessava. Dessa forma gravamos com a Damásia, junto com o seu esposo Inácio, pois para o trabalho da Mayte ele era importante por ser a principal pessoa a fazer a manutenção da horta. Gravamos também com a Vaninha e em outro dia com a Alda.

Tivemos dificuldade em gravar com a Lia, ela seria minha última entrevistada para que eu não criasse expectativas, mas quando eu havia terminado as demais entrevistas ela se sentiu desconfortável nos dias em que tentamos conversar. Em outro dia, cheguei na vila pela manhã para mais uma tentativa de entrevistá-la e o filho da Val havia falecido na madrugada e diversas atividades obviamente foram adiadas. A Mayte conseguiu gravar com ela em um dia que eu não estava disponível e eu gravei em outro momento. Embora eu não tenha conduzido a entrevista, também utilizarei a narração que a Lia concedeu a ela, pois as duas entrevistas registram momentos relevantes para a análise. Na entrevista para Mayte, Lia se concentra em explicar o processo histórico de luta na vila, enquanto na narração concedida a mim, a Lia estava bastante sensibilizada com relação ao “abandono” de sua casa, por conta do envolvimento com a liderança da comunidade.

O roteiro de entrevista foi seguido de maneiras bem diferentes de acordo com as interlocutoras. O direcionamento que cada uma dava à sua narração eu buscava costurar com meus principais temas: origem, infância, trabalho, casamento, filhos, migração, Vila Nova Esperança, participação e gênero. Eu sempre estava com meu pequeno caderno para anotar, mas durante a entrevista

acabava prestando muita atenção nas narrações e não anotava nada. Nos próximos parágrafos apresento o resumo das histórias de vida que coletei.

A Valmirete, conhecida na vila como Val, nasceu em 1959 na Bahia. É casada desde os 16 anos, tem 7 filhos e mora na vila há 18 anos. Quando conheceu a vila pensou “Ai meu Deus, é muito feio”, mas hoje enfatiza que a situação está muito melhor. Quando entrevistei a Val seu filho de 21 anos, com paralisia cerebral, estava vivo. No fim da minha pesquisa, quando tentava entrevistar a Lia, cheguei na vila e recebi a notícia de que ele havia morrido. Sem saber, presenciei um momento muito difícil para a vila e principalmente para ela.

A Rosangela Maria, mais conhecida como Dona Maria, nasceu em 1976 em Pernambuco. Vive com o companheiro há 19 anos, pouco tempo a mais de quando veio para a vila. Tem duas filhas e no momento da entrevista estava grávida do terceiro. Ela cuida de várias crianças na vila e está sempre com a Lia. Mesmo grávida, Dona Maria ajuda na manutenção da horta em mutirões e diz que “Mesmo com todo sofrimento, eu adoro a vida!”.

A Gilda, chamada de irmã Gilda na vila, nasceu em 1971 em Araripina, Pernambuco. É casada há 23 anos e mora na vila há 12. Tem três filhos, uma filha de 17 anos e os filhos de 6 e 18 anos. O filho mais velho apresenta uma deficiência e tem dificuldades de aprendizado e apesar de já estar no primeiro ano do ensino médio não aprendeu os conteúdos e segundo Gilda ele está no “primeiro ano, mas é tipo primeira série assim”. Gilda ficou entusiasmada ao contar como foi a realização do seu sonho em dirigir um carro.

A Antônia nasceu em 1952 em Santo Estevão, Bahia. Foi criada só pela mãe e não teve pai. É casada há 44 anos e veio para São Paulo há 21, cerca de um ano após seu marido. Está na vila há 18 anos, tem 11 filhos e 16 netos. Já trabalhou com artesanato e costura em uma empresa, mas resolveu trabalhar de forma autônoma e montou uma oficina de costura em sua casa que presta serviços para empresas, onde suas duas filhas também trabalham.

A Violeta nasceu em 1968 em São Paulo. Ela é filha da primeira moradora da vila, isto é, está na vila há mais de 40 anos. Ela se casou no civil e na igreja com o pai dos três primeiros filhos. Depois deste marido ter desaparecido, teve mais dois filhos com o segundo companheiro. Atualmente, ela é chefe de família e trabalha como cuidadora de uma pessoa com mobilidade reduzida e empregada doméstica.

A Andreia nasceu em 1975 na cidade de São Paulo. Seus pais são de Santa Catarina. Ela morou a vida toda no Jardim Ipê, bairro de classe média baixa da zona oeste. Quando se casou foi morar na vila, onde vive há 9 anos. Sua casa está localizada em área de risco e apresenta inúmeras rachaduras. Ela fez graduação em Pedagogia e está cursando Pós-graduação em Educação infantil. Andreia ainda não tem filhos, mas pretende ter quando tiver melhores condições.

A Elza nasceu em 1951 em Salvador, Bahia. Veio para São Paulo com 17 anos com a tia e está na vila há 19 anos. Ela se casou com cerca de 23 anos, desquitou e hoje ela vive com outro companheiro. Trabalhou como diarista e cozinheira em restaurante. Teve cinco filhos e criou duas. Tem diabetes, problemas nos ossos, pressão alta e problemas de memória. Seus problemas de saúde motivaram o Wagner, marido da Lia, a ir morar na vila para cuidar dela.

A Damásia nasceu em 1948 em Santo Estevão, Bahia. Aos 15 anos casou-se com Inácio, momentos antes de vir para São Paulo. Teve 6 filhos, 18 netos e 9 bisnetos. Ela voltou para a Bahia por um tempo para cuidar da mãe, do pai e do irmão, que morreram de derrame quase na mesma época. Ela está na vila há 10 anos.

A Joana, mais conhecida como Vaninha, nasceu em 1979 em Capim Grosso, Bahia. Sua mãe morreu e ela morou um tempo com a irmã e um tempo com os avós maternos, mas fugiu de casa por sofrer abusos do avô. Ela veio para São Paulo com 14 anos com o irmão mais velho. Morou na zona leste e está na vila há 10 anos, pois queria morar perto de sua madrinha, a Val. Ela é

casada e tem três filhos, duas meninas e um menino. Já trabalhou com costura e atualmente é manicure e faz salgados para vender na própria vila.

A Alda tem 35 anos e nasceu em Serrolândia, Bahia. Ela é separada, chefe de família e tem três filhos. Ela morou 10 anos na vila, saiu quando resolveu se separar do marido e retornou há 2 anos para fugir do aluguel e ter a própria casa. Ela trabalha como diarista, um de seus filhos faz faculdade e trabalha em uma padaria e outro está no ensino médio, faz estágio e cursinho pré-vestibular para ingressar em universidade pública.

A Maria de Lourdes, a Lia, nasceu em 1963 em Itaberaba, Bahia. Veio para São Paulo há 21 anos e está na vila desde 2003. Lia tem 4 filhos biológicos e um adotado. Trabalhou como costureira e florista, atualmente se dedica a buscar as melhorias para a comunidade. Ela se tornou líder comunitária em 2010 quando se tornou Presidente da Associação Independente da VNE. Ela é conselheira no Conselho Municipal Participativo do Butantã desde 2013 e terceira suplente como representante das mulheres no CPOP desde 2014.

No geral, elas apresentam idade variável entre 36 e 64 anos. Nove delas são nordestinas e duas paulistas. Com exceção de uma delas, todas têm filhos e o número varia de 3 a 11. Quanto ao estado civil, 9 delas são casadas (incluindo uniões estáveis e consensuais) e 2 são separadas. Quanto a escolaridade, uma nunca chegou a estudar, duas sabem escrever o nome, uma fez até a primeira série, duas até a terceira série, uma até a quarta, duas até a sexta série, uma terminou o fundamental e uma terminou o ensino superior em Pedagogia e está cursando pós-graduação.

No momento em que foram entrevistadas, 6 delas não realizavam atividade remunerada, sendo 3 mulheres com mais de 56 anos que se dedicam a casa e aos filhos, uma com ensino superior desempregada, uma aposentada e a outra é a líder comunitária que dedica seu tempo à liderança da vila. Das 7 que exercem atividade remunerada: uma é cuidadora de crianças em casa, uma é diarista, uma é cuidadora de pessoas com mobilidade reduzida e empregada

doméstica, uma presta serviços de costura para uma empresa e; uma cuida de crianças, é manicure e vende salgados.

A Alda e a Violeta são chefes de família e arcam com todas as despesas da casa, refletindo o fenômeno da feminização da pobreza. No Brasil cerca de 39% dos domicílios eram chefiados por mulheres em 2010. As chefes de família fisicamente gastam energia para cumprir o trabalho, psicologicamente ficam ansiosas para resolver os problemas de subsistência e materialmente produzem o que a unidade doméstica precisa para se manter (LISBOA, 2003).

4. Viés da pesquisadora

Neste tópico procuro explicitar meu viés como pesquisadora, através da autorreflexão, busco pensar as possíveis leituras sobre a minha presença pelas mulheres e como isso pode ter afetado os resultados, e também como busquei não apresentar minhas premissas para não influir nos resultados. Como Goldenberg (2009) postula, explicitando minhas premissas valorativas nos resultados da pesquisa posso prevenir minha interferência nas conclusões.

A maioria das mulheres da vila são nordestinas e vieram para São Paulo na busca de oportunidades e realizar sonhos. Sou paulistana, minha mãe é cearense e meu pai baiano, ambos chegaram a São Paulo por motivos semelhantes a estas mulheres. O sotaque e os traços nordestinos delas me foram familiares.

A cor da minha pele é branca, mas meu cabelo tem raiz negra, tenho rosto e traços largos, sou gorda e a maior parte da minha vida morei em conjunto habitacional de população de baixa renda na periferia da cidade de São Paulo. Para mim aquelas mulheres poderiam ser minha mãe ou uma tia e não as enxergava como mulheres pobres e coitadas que precisavam de minha ajuda, ou como meros objetos de estudo.

Quando a Dona Maria relatou na entrevista que era a filha mais velha e por isso não estudava para cuidar dos irmãos mais novos, que estudaram e hoje têm uma profissão consolidada, eu lembrei que a irmã mais velha da minha mãe, Helena, era responsável por cuidar dos irmãos mais novos na cidade, enquanto meus avós trabalhavam na roça. Hoje Dona Maria é cuidadora de crianças e gostaria de terminar os estudos, suas irmãs são professoras. Em paralelo, minha tia ainda se dedica a cuidar dos filhos adultos e minha mãe terminou o ensino superior e trabalha como funcionária pública em São Paulo.

Porém, mesmo que eu apresente estas características que poderiam ser mais familiares e considerando que a maioria das pesquisadoras e voluntárias que vão para a vila têm um perfil bem diferente das moradoras (brancas, com traços europeus, magras e de classe média), acredito que o privilégio de ter acesso ao ensino superior e de estar ali como pesquisadora impediam que houvesse completa relação de empatia e fui lida como mais uma pessoa externa pesquisando a vida delas.

Muitas vezes estava na vila e conhecia novos pesquisadores de outras áreas como nutrição, administração, gerontologia e engenharia civil preenchendo questionários com os moradores para suas pesquisas. Além disso, diversas reportagens para jornais e programas de TV foram feitas nos últimos meses na vila. Dessa forma, entendo que o meu pedido em gravar uma conversa não era tão estranho e inesperado. Porém, acredito que esta recorrência em pesquisas na vila para alguns moradores implica ou em acostumar-se ou em recusar-se a responder as mesmas perguntas para pessoas diferentes.

Algumas das mulheres apenas me receberam porque a Lia havia me apresentado e dito para elas concederem minha entrevista. Isto deve-se a relação de grande confiança que estabelecem com a Lia. Durante a entrevista estas respondiam bastante objetivamente às minhas perguntas e não seguiam tão livremente a narração. Sou uma pessoa tímida e não encontrei formas de

estimulá-las a falar. Como no caso da Elza, que apresentava muitos problemas de saúde e teve muita dificuldade em lembrar de datas, períodos e situações. Eu procurei fazer o máximo de perguntas que imaginei que poderiam suscitar respostas menos curtas, mas não obtive sucesso, escolhi por respeitar a dificuldade dela neste esforço de relembrar.

No entanto, acredito que minha timidez foi positiva em algumas entrevistas, pois eu não interrompia e prestava bastante atenção, assim surgiam nas narrações mais lembranças, mais memórias e eventualmente algumas lágrimas. Como na entrevista de Gilda, que após narrar suas dificuldades em cuidar do filho especial, diz *“Eu vou contar, não é para contar? Então vou contar!”*. E então passa a narrar como foi a realização do seu sonho de dirigir um carro.

Outro momento de identificação ocorreu na entrevista de Vaninha. Quando a interlocutora mencionava ser chamada pejorativamente de *“gordinha chata”* por outros moradores, o olhar dela se voltava para mim. Como também sou gorda, acredito que a subjetividade de me dirigir o olhar pode envolver uma tentativa de buscar alguém que de alguma forma já passou por tal situação.

Sobre a prevenção do viés da pesquisadora em influir nos resultados e conclusões, minha principal reflexão é com relação a pergunta *“O que é ser mulher?”*, que inclui no roteiro a partir da segunda interlocutora com quem conversei, por avaliar que seria necessário esta autoidentificação de gênero para a análise. Não havia incluído anteriormente por imaginar que isto traria muito a minha visão sobre gênero.

Em sua pesquisa, Salem (1981) perguntava para suas entrevistadas *“O que é mais fácil: ser homem ou ser mulher e por quê?”*, por avaliar que a autodefinição por contraste seria melhor compreendida. Optei pela forma mais aberta, perguntando *“O que é ser mulher?”*, porque avaliei que a pergunta por contraste poderia forçar minha concepção sobre gênero sobre as interlocutoras.

5. A vida na vila

A vila se localiza no extremo oeste de São Paulo, parte das moradias se encontra em São Paulo e outra parte pertence ao território de Taboão da Serra. O acesso à vila se dá pela Avenida Heitor Antônio Eiras Garcia na altura do número 9000 até 9500.

As escolas, postos de saúde, padarias, farmácias, mercados locais ficam a um quilometro de distância da vila. Com relação ao transporte público, o ponto final da linha 771P-10, com destino ao Hospital das Clinicas, deveria ser na vila, mas somente duas vezes ao dia (às 7 e às 17 horas) que o ônibus vai até lá. Os motoristas da linha alegam que não há espaço para manobrar os ônibus por conta das caçambas de coleta de resíduos sólidos (Figura 6) e dos caminhões e carros abandonados (Figura 7) que estão naquele local e por isso não fazem o trajeto completo sempre.



Figura 6 - Entrada da vila. A direita estão os contêineres para coleta de resíduos sólidos. A esquerda está a Rua da Caixa d'água (Foto cedida por Flávia Piacenti).

Então, os moradores devem andar um pouco mais de um quilômetro até o ponto no Jardim João XXIII onde pegam os ônibus para o centro da cidade, estações de trem e metrô, etc. Este caminho de um quilômetro apresenta trechos sem calçada, sem asfalto ou com asfalto muito esburacado. De um lado há o muro alto do condomínio Jardim Amaralina, de outro apenas vegetação e durante a noite a iluminação é bastante precária. Em outro trecho, o muro é substituído pela delimitação com o Parque Jequitibá (Figura 8).



Figura 7 - Caminhões e carros abandonados (Foto cedida por Flávia Piacenti)



Figura 8 - Caminho até a vila. A direita está a delimitação do Parque Jequitibá (Foto própria).



Figura 9 - Placa na entrada da vila (Fonte: Página do Facebook da Associação Independente da Vila Nova Esperança).

Ao chegar na vila vê-se onde seria o ponto final do ônibus na direita, onde segue a Avenida Eng. A. H. Eiras Garcia, a esquerda entra-se na Rua Progresso e entre estas ruas encontra-se a Rua da Caixa d'água, muito íngreme e com um "escadão" para os pedestres do lado esquerdo (Figuras 6 e 9).

A vila não tem coleta de lixo porta a porta, os moradores devem levar os sacos até os contêineres na entrada, onde o veículo de coleta passa segunda, quarta e sexta (Figura 10). A quantidade de caçambas é insuficiente para a quantidade de resíduos gerados pelas famílias. A água encanada chegou em 2007, a luz elétrica em 2014 mas ainda não há coleta de esgoto. Algumas casas possuem fossas sépticas, outras descartam o esgoto a céu aberto.



Figura 10 - Coleta de resíduos sendo realizada (Foto cedida por Flávia Piacenti)

As moradias são autoconstruídas, desde moradias feitas de madeira e diversos materiais reutilizados até casas de alvenaria. Também há cerca de 30 casas de madeira construídas pela ONG TETO em mutirão com voluntários e moradores. O número de moradores e de famílias é incerto, tendo em vista que novas ocupações acontecem ao longo do tempo sem que haja muito controle. Em um número aproximado são mais de 600 famílias e Chang *et al* (2014) contabilizou 1190 moradores em seu censo em 2013.

Além das moradias há igrejas evangélicas e pequenos comércios como mercadinhos e bares. Na esquina da Rua da Caixa d'água com a Rua Goiás e na Rua Paraíso há parquinhos com brinquedos de madeira e pneu para as crianças. Na Rua Paraíso, pintada de verde, está a sede da Associação. No fim da Rua da Caixa d'água estão os dois espaços das hortas comunitárias. Ao lado das hortas há um espaço aberto com traves de futebol, como um campinho de futebol de várzea, onde as crianças costumam empinar pipa e andar de bicicleta. A maior parte das ruas são íngremes e, com exceção ao trecho da Av. Eiras Garcia, nenhuma tem asfalto e ficam cheias de barro quando chove (Figura .11). Também há vielas que encurtam os caminhos entre as ruas, são estreitas e sem iluminação.

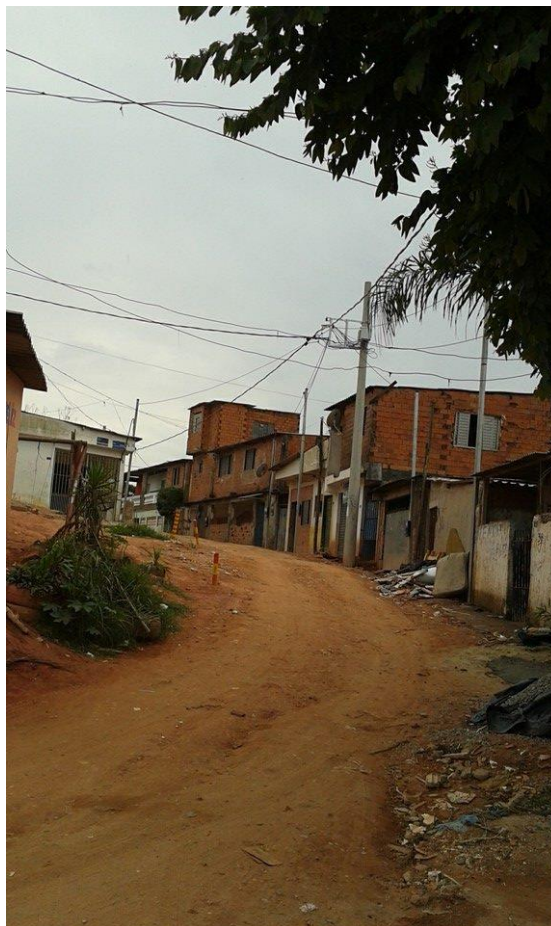


Figura 11 – Rua Paraíso (Fonte: Página do *Facebook* da Associação Independente da Vila Nova Esperança)

Durante a semana encontram-se pelas ruas da vila as mulheres, velhos e crianças. Para as mulheres que não trabalham fora a rotina começa cedo, quando preparam café para os maridos e levam os filhos até a entrada da vila para pegarem as lotações, chamadas “peruas escolares”, para creches e escolas. Depois do meio dia e meio as lotações trazem os filhos de volta e são levadas as crianças do período da tarde que retornam. As mães com filhos em mais de um período escolar sobem e descem o escadão pelo menos três vezes por dia. As mulheres que trabalham fora se arrumam e levam os filhos para pegar a lotação ou os deixam na casa de cuidadoras da própria vila, como a Dona Maria:

...eu cuido das crianças que as mães vão trabalhar. Elas vão trabalhar, não tem onde eles fiquem e aí eles ficam comigo. Eu ponho na perua para ir para a escola. Vai uma turma de manhã e uma turma de tarde. A de manhã eu ponho, quando é meio dia e meio chegam, eu pego da perua, trago para casa. Quando eu pego esses do meio dia e meio já deixo os outros que vão a uma hora (da tarde) para a escola também. Daí eu ponho na perua, seis e meia, sete horas eu desço o escadão de novo para pegar eles que estão chegando e quando as mães chegam... umas tem horário, outras atrasam por que tem trânsito então não chega naquele horário. (Dona Maria)

Quando não têm vaga em creches ou quando estão em contra período as crianças ficam brincando em casa ou na rua, nos poucos espaços de lazer construídos por mutirões (Figuras 12 e 13). Na medida em que crescem, as meninas começam a ajudar no trabalho doméstico e os meninos ajudam indo nos mercadinhos fazer as compras do dia-a-dia como pão, leite, café e pão.

Durante o dia, as mulheres seguem a rotina do trabalho doméstico, limpando a casa, cozinhando, lavando roupa. No fim da tarde começam a fazer a janta. Para as mulheres que trabalham fora, quando chegam em casa é hora de fazer o trabalho doméstico, dar banho nos filhos e fazer a janta. Os homens que trabalham fora saem de manhã e voltam na hora do jantar. Muitos não têm empregos formais e fazem bicos como pedreiros, eletricitas, etc.



Figura 12 - Área de lazer para as crianças na Rua Paraíso Fonte: Página do Facebook da Associação Independente da Vila Nova Esperança)

Nos fins de semana, o sábado é dia de faxina, de limpar todos os cômodos, lavar e passar roupa. Quando sobra tempo e dinheiro, *elas fazem a unha* em alguma manicure da comunidade. A movimentação no bairro também é diferente, os bares tocam música alta, as pessoas saem para ir à igreja ou ao mercado, as meninas adolescentes andam pela comunidade enquanto conversam com suas amigas, os adolescentes ficam sentados onde ficam os parquinhos, observando a movimentação.



Figura 13 – Crianças e adolescentes na área de lazer da esquina da Rua da Caixa d'água com a Rua Goiás (Fonte: Página no *Facebook* da Associação Independente da Vila Nova Esperança).

Uma das brincadeiras das crianças é pegar materiais descartados como tábuas de madeira, telhas e escadas para montar barracos pequenos em lugares escondidos, os quais chamam de “clubinho”, e tratam como um segredo, o qual os adultos não podem saber. Constroem o barraco para poderem brincar nele, mas a própria construção constitui brincadeira. Os locais onde brincam geralmente têm lixo, cacos de vidro e pregos enferrujados, mas lidam com naturalidade quando são feridos enquanto brincam.

O fim de semana também é dia de dar continuidade a autoconstrução das moradias, que é feita pelo homem, geralmente com ajuda de parentes ou vizinhos e cabe a mulher preparar o almoço para todos. Em alguns casos, quando não se tem ajuda nem condições de pagar por um ajudante, a própria mulher *põe a mão na massa*:

...mas a gente tinha que pagar uma pessoa e eu falava pra ele “Mô, pra você não pagar uma pessoa, você faz e eu carrego as massas para você, já livra de pagar pros outros. Aquele dinheiro que a gente vai

pagar pros outros a gente já investe no material pra casa". Eu fazia isso aí, ele coisava e eu saia fazendo a limpeza. Ajudava ele (Dona Maria).

Quando não estão construindo, os homens ficam na porta de casa ou nos bares conversando com os amigos. Algumas famílias saem no domingo de manhã para almoçar na casa de sogras ou passear em família. No domingo à noite as igrejas evangélicas fazem seus cultos e nas ruas prevalece o silêncio.

Os dias se repetem, um dia não é muito diferente do outro, tanto para as mulheres como para os homens (CALDEIRA, 1984). No entanto, as funções desempenhadas por homens e mulheres no dia-a-dia diferem. A cada dia enquanto os homens saem para trabalhar as mulheres tem uma rotina centrada no lar e nos filhos:

Eu acordo 5 e meia da manhã para arrumar as coisas porque a minha filha também fica com os outros, a menina de 7 anos. Tem que deixar na casa da Maria, ela que cuida. Daí deixo ela lá, vou trabalhar, naquela vida corrida. Daí chego do serviço, tenho que descer lá em baixo. Tem essa caminhadinha toda, tem que contar o horário para pegar o ônibus. Quando eu chego ela está na escola daí eu vou na Maria pego as coisas dela e continuo a minha luta porque dona de casa nunca para. (Alda).

Seu tempo é organizado em função das tarefas domésticas e dos filhos. A maioria passa o dia a repetir uma rotina sem que haja um projeto próprio de vida (BEAUVOIR, 1967). Ainda que tenham uma visão de longo prazo, esta é sempre relacionada ao bem-estar de outros:

...eu vou pensar na minha casa e no futuro das minhas filhas, porque mais pra frente eu vou ficar idosa, velhinha e vou partir. E eu tenho que pensar numa moradia e no futuro das minhas filhas. Se eu não pensar nas minhas filhas, quem vai pensar nelas? Ninguém vai pensar nelas. (...) Com fé em Deus, minhas filhas vai fazer tudo faculdade. Creio em Deus que eu vou conseguir. (Dona Maria)

A exceção entre as mulheres entrevistadas é a Andréia:

Essa foi, pelo menos, uma parte boa de eu ter vindo pra cá porque consegui concluir meu maior sonho, que era ter meu diploma. (...) A vontade do meu esposo e a minha é ter nosso próprio comércio.

Ele sonha em ter uma loja de roupa, mas eu também estou com um convite pra trabalhar com a minha cunhada em uma loja de bijuterias que ela abriu. (...) Eu não sei, eu vou aguardar mais um pouco e *se eu não conseguir nada na minha área* aí a gente vê se eu vou com ela. Nós queremos abrir um negócio, mas agora não é possível. Esse é o nosso sonho: trabalhar pra gente mesmo. (Andreia)

O principal sonho dela era concluir a graduação e atualmente, mesmo que ela tenha o sonho de ter um comércio junto com o marido, a prioridade é conseguir um emprego em sua área de atuação: pedagogia. Sua projeção para o futuro não está completamente relacionada a terceiros.

6. Participação em atividades da vila

As reuniões da comunidade sempre ocorrem na sede da Associação da comunidade na Rua Paraíso, em uma posição mais ou menos centralizada da vila como um todo. A sede concentra muitas atividades e materiais de diversos projetos. Há prateleiras com livros, sacos com brinquedos e bichos de pelúcia, cobertores novos que sobraram da época de uma doação, uma pia de cozinha e armários com utensílios domésticos usados em almoços e jantares comunitários. A ventilação não é eficiente, há poucas janelas e todas na fachada da Rua Paraíso (Figura 14). Em dias muito quentes, mães com bebês de colo saíam das reuniões, pois filhos não suportavam o clima abafado.



Figura 14 – Parte externa da Sede da Associação (Foto cedida por Flávia Piacenti)



Figura 15 – Parte Interna da Sede da Associação Independente da VNE (Foto própria).

O acúmulo de materiais reduz o espaço para as reuniões, as pessoas sentam-se em um sofá e em cadeiras (Figura 15). Muitas pessoas, procuram sempre por cadeiras próximas à porta ou ficam em pé, mesmo quando há assentos sobrando. Algumas reuniões iniciavam com mais homens do que mulheres, mas no decorrer da reunião muitas mulheres chegavam e se tornavam maioria. A única reunião observada que contabilizou mais homens do que mulheres foi uma oficina de construção de filtro caseiro para água da cozinha, na qual havia 2 mulheres e 4 homens. A oficina começou com muito atraso e algumas mulheres que se programaram para participar foram fazer outras atividades como ir na feira, fazer o almoço da família, etc.

Os dias e horários em que as atividades ocorrem é bastante sensível para a realidade das mulheres da vila. As reuniões marcadas para as 9 horas da manhã em sábados ou domingos atrasavam cerca de 40 minutos até reunir as pessoas e na medida em que o horário do almoço se aproxima muitas mulheres iam para a casa cozinhar. Em dias da semana nas reuniões no período da manhã apenas comparecem as mulheres que não têm emprego formal, como a Alda que trabalha como diarista em alguns dias da semana; as que cuidam dos filhos e da casa como a Janaína e; as que trabalham de forma autônoma, como a Antônia que tem uma oficina de costura em casa e consegue organizar seu tempo mais livremente e estava em reuniões durante a semana.

As reuniões com maior número de pessoas foram realizadas nas sextas-feiras e aos sábados à noite, estavam presentes mais de 20 mulheres e cerca de 10 a 15 homens. Isto porque mulheres que trabalham formalmente conseguiam participar e também as mulheres que trabalham informalmente na própria vila, como a Dona Maria que é cuidadora de crianças em sua casa durante o dia e no período da noite todas elas já estão com as mães. Mas, da mesma forma que ocorre em reuniões pela manhã, conforme passam as horas as mulheres se retiram para irem jantar ou puramente por cansaço e saem da

reunião principalmente as mães de filhos pequenos, pois eles sentem fome e sono e começam a chorar.



Figura 16 – Reunião na rua em frente à Associação (Fonte: Página do Facebook da Associação Independente da Vila Nova Esperança)

No entanto, o tema discutido na reunião influenciava significativamente na quantidade de pessoas presentes. Reuniões sobre as moradias localizadas em áreas de risco, sobre o sistema de tratamento de esgoto ou sobre creches eram mais lotadas. Projetos específicos como o restaurante comunitário¹, a Fábrica de Óculos² ou sobre a implantação de aquecedores solares³ na vila atraíam pessoas muito específicas que têm uma relação muito próxima com a Lia.

¹ O projeto de Restaurante Comunitário busca construir um estabelecimento comercial que utilize os legumes, hortaliças e frutas colhidos da horta na confecção de refeições a baixo custo e é uma parceria com a rede de Supermercados Roldão.

² A Fábrica de Óculos é um projeto que visa capacitar moradores da vila para confeccionar óculos de baixo custo, gerando emprego. A ONG responsável pelo projeto é a Renovatio, que também realiza a distribuição dos óculos produzidos a quem não tem condições de compra-los. O projeto de construção da creche está vinculado ao projeto da Fábrica, pois ambos funcionarão no mesmo edifício que será construído.

³ O projeto de aquecedores solares é uma parceria com a Associação Sociedade do Sol e outras entidades, que visa implantar 50 aquecedores solares em 2015 em casas da vila.

Os próximos tópicos buscam discutir os principais temas em que a questão de gênero ficou mais explícita. Para além destas problemáticas, as reuniões também trataram sobre a questão de iluminação pública, transporte público, alimentação saudável, etc.

6.1. Áreas de risco

Uma das questões prioritárias discutidas em reuniões era o destino dos moradores das áreas de risco muito alto, localizadas nas Ruas Progresso e Paraíso, onde as casas estão muito próximas do topo do talude com solo de baixa capacidade resistente e apresentam rachaduras e trincas na estrutura das casas (CHANG, 2014). A figura 17 ilustra a posição das casas com relação ao talude.

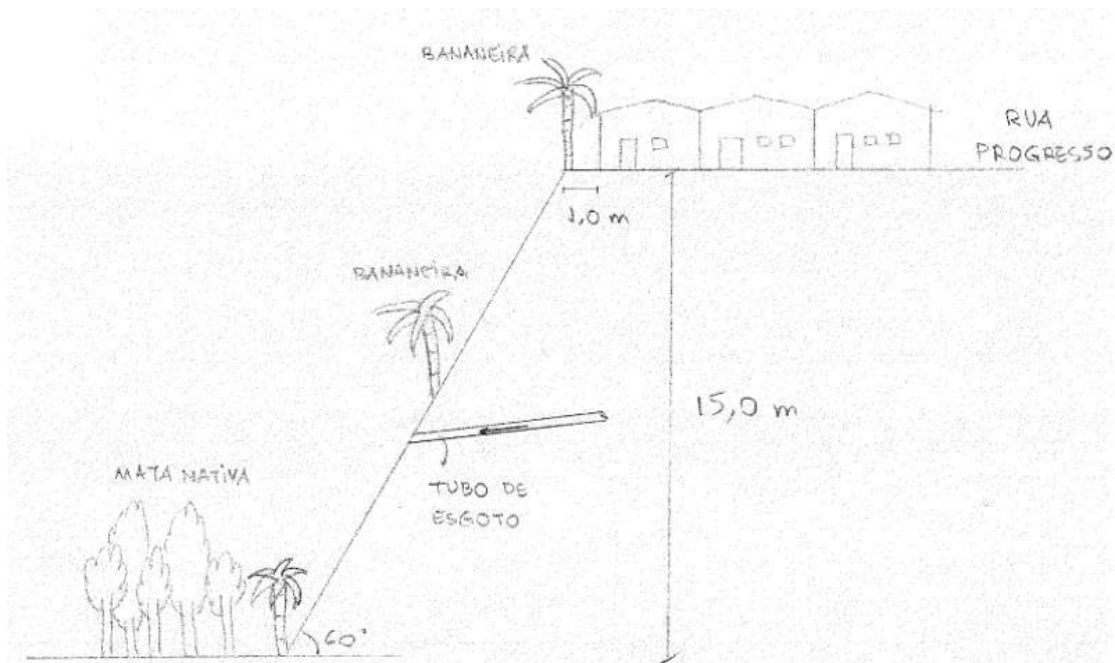


Figura 17 - Croqui da área de risco muito alto da Rua Progresso (CHANG *et al*, 2014)

A Andreia foi a única entrevistada que reside em área de risco, ela descreve como sua casa é afetada por isso e demonstra sua grande incerteza com relação ao futuro: “

A defesa civil esteve aqui na minha casa acho que foi em março. (...) Você viu que agora com as chuvas que teve de março já abriu bastante. Esse meu armário abriu. Ele tem um ano, você vê que as portas já cortaram e o chão aqui está abrindo. Aqui já foi feito um piso em cima do outro para tentar nivelar (...) O banheiro também tem rachaduras (...) Há dois anos a chuva que teve de janeiro arrastou o muro todo. (...) Depois que o homem fez essa casa aqui começou a dar problema de infiltração porque a água está descendo. O meu quarto ali está todo molhado. Aqui é assim você vê que está tudo preto, isso aqui fica tudo molhado, a sala também. Que nem: teve essas chuvas de agora, o meu esposo viajou, ficava o dia inteiro fora, essa casa ficou um mofo puro. Tudo, porque agora ela corre (a água) e está tudo manchado. E eu que já tenho problema de rinite isso aqui é um veneno para mim. Passo mal, sempre estou no médico tomando antialérgico. Daí eu quero deixar aberto mas tem tanta poeira na rua que eu acabo deixando fechado. (...) Eu fico preocupada, porque quando chove eu peço a Deus pra deixar que nada aconteça com a gente. Mas você fica aqui: eles vão tirar e vão me mandar pra onde? Porque aqui pelas proximidades eles falam que não tem terrenos e eu fico preocupada. Igual quando aconteceu com o outro pessoal, foram lá pra Cotia (...) [Eu não sei se fico na vila porque] essa área aqui com certeza ela vai ser retirada. Agora, se eles jogarem a gente ali pra Eiras Garcia e se for apartamento ou casinha eu fico. Mas se for pra ficar aqui mesmo eu não me vejo aqui (...) Minha casa você vê: é uma caixa de fósforo. (Andreia)

Nas reuniões para discutir este problema, a Juliana buscava apresentar porque aquelas áreas representam alto risco para as pessoas, explicando de forma didática. Os moradores demonstraram compreender, principalmente por fazer parte da vivência deles formas de lidar com as rachaduras, trincas, paredes úmidas e até desabamentos. No entanto, as discussões sobre as áreas de risco por vezes tornavam-se pessoais, como uma moradora que reclamou que o vizinho *bateu laje* sobre o talude, o que aumentou o peso e conseqüentemente e o risco. Era necessário situar os moradores novamente quanto à discussão principal para solucionar o problema de todos os que estão em áreas de risco.

A sugestão da Juliana era a construção prédios de três andares, adensando as moradias em uma área de maior estabilidade da vila. No entanto, a solução sugerida por um morador foi a construção de um muro de arrimo para conter o talude. A maioria concordou com esta solução, embora não soubessem como isso seria feito. A decisão final foi a realização de arrecadação de dinheiro para a construção do muro de arrimo.



Figura 18 – Reunião sobre área de risco na vila (Fonte: Página no Facebook da Associação Independente da Vila Nova Esperança).

Alguns dias depois se percebeu que esta solução não seria tão simples, pois trata-se de uma obra complexa e de alto custo, que demanda muitos profissionais, maquinário e materiais não disponíveis para a comunidade. Em outra reunião estava presente a estudante de Engenharia da Escola Politécnica da USP integrante do trabalho de Chang *et al* (2014). Ela explicou que a solução do muro de arrimo era complexa e que outra possibilidade seria reduzir a declividade do talude, o que reduziria a área edificável e implicaria em realocar pessoas.

Em paralelo a estas reuniões foi formado o Núcleo de Defesa Civil composto por funcionários das prefeituras de Taboão da Serra e de São Paulo, que discute as áreas de risco. Em um primeiro momento, este núcleo focou-se em apresentar para os moradores como prevenir os riscos. Por conta dos horários que ocorriam as reuniões do NUDEC, não pude presenciá-las. O cartaz da figura 19 ilustra o trabalho feito pelo núcleo com os moradores.

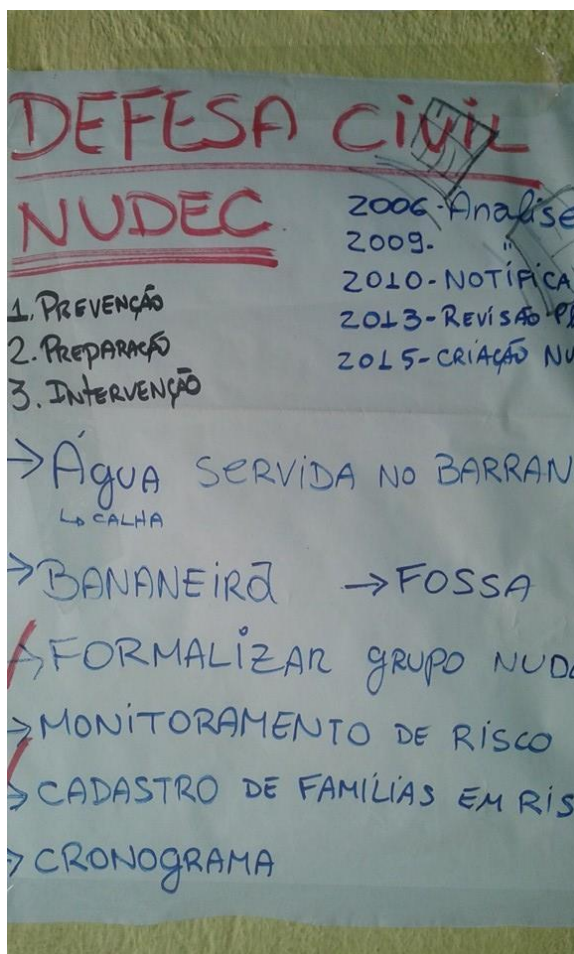


Figura 19 – Cartaz feito nas reuniões do NUDEC (Fonte: Página do Facebook da Associação Independente da Vila Nova Esperança).

Do que pude perceber destas discussões, as mulheres afetadas que residem em áreas de risco preocupam-se principalmente com os filhos. Frequentemente eram relatados os casos de mulheres que não conseguiam

trabalhar direito porque ficavam muito preocupadas no trabalho enquanto deixavam os filhos em casa em épocas de chuva com goteiras e rachaduras.

Os homens também têm estes anseios, porém demonstravam um interesse bastante prático em como resolver a questão, o que pode estar relacionado com o fato de que boa parte deles são pedreiros ou ajudantes de pedreiro e dominam técnicas de construção.

6.2. Resíduos sólidos

Como a vila não tem coleta porta a porta e os resíduos são depositados em contêineres em sua entrada, uma solução para reduzir o impacto deste armazenamento seria a construção de um abrigo de lixo, onde ficariam os resíduos protegidos do sol e da chuva. O projeto inclui um telhado verde e foi feito por um arquiteto voluntário na vila (Figura 20).



Figura 20 – Reunião com arquiteto voluntário (Fonte: Página do *Facebook* da Associação Independente da Vila Nova Esperança).

O mutirão para a construção deste abrigo estava sendo procrastinado e em uma das reuniões algumas mulheres reclamavam que os homens não queriam trabalhar e então a Juliana enfatizou a importância de que não se esperasse pela iniciativa dos homens, pois as mulheres ali presentes poderiam construir. Depois de alguns dias, cerca de dez homens realizaram um mutirão para continuar a obra do abrigo de lixo. A Lia, buscando mais mutirantes, dizia para os homens deixarem os filhos com as mulheres e fossem ajudar. Nessa fala existe o reforço do papel da mulher como responsável por cuidar dos filhos, no entanto, no contexto de baixa participação masculina, em que os homens que participam são sempre os mesmos e em menor quantidade que as mulheres, ela tentava aumentar o envolvimento deles naquele momento.



Figura 21 – Abrigo de lixo pré-construído (Fonte: Página do *Facebook* da Associação Independente da Vila Nova Esperança).



Figura 22 – Mutirão para construção do abrigo de lixo (Fonte: Página do *Facebook* da Associação Independente da Vila Nova Esperança).

Além do abrigo de lixo, outra solução para reduzir este impacto são as lixeiras públicas. A vila recebeu doação de mais de 100 lixeiras para serem instaladas nas ruas (Figura 23). Foi organizado um pequeno mutirão para a instalação das lixeiras nas ruas, participaram apenas três mulheres e um homem voluntários externos e três moradores. Não houve grande mobilização para este mutirão, por isso o baixíssimo número de participantes.



Figura 23 – Lixeiras públicas doadas para a vila (Fonte: Página do *Facebook* da Associação Independente da Vila Nova Esperança).

Outro problema relacionado a resíduos trata-se do material acumulado por um morador que mantém um empreendimento individual de reciclagem na Rua Goiás. No entanto, a forma como ele armazena não é correta, uma parte do resíduo ocupa espaço da via de passagem, além de atrair animais como ratos e baratas. A primeira decisão para lidar com este problema foi fazer convocação ao morador para que ele comparecesse na reunião e poder ouvir de todos os moradores como se sentem prejudicados pelo acúmulo de lixo. O diálogo com o morador não foi efetivo, então a segunda decisão foi solicitar que a Prefeitura retire os resíduos.

A forma mais direta que estes problemas com o armazenamento do lixo foi sentida foi no caso de uma mulher que cortou a perna enquanto estava estendendo roupa em um terreno perto de sua casa.



Figura 24 - Reunião na sede da Associação da VNE (Imagem própria)

6.3. Creche

O censo de Chang *et al* (2014) contabilizou aproximadamente 460 crianças na vila. Algumas têm vagas em creches em bairros vizinhos à vila, outras ficam na casa de cuidadoras autônomas ou na casa de avós.

As reuniões sobre creche dizem respeito a um projeto de construção de um centro de recreação para crianças da vila. A creche é um dos projetos de mais fácil viabilidade no momento, pois a verba para a construção já havia sido conseguida pela ONG Renovatio⁴. A reunião foi basicamente composta por mulheres, principalmente grávidas e com filhos pequenos e tinha como objetivo a listagem do que os moradores gostariam que houvesse na creche.

Elas opinaram que gostariam de sala de leitura, jardim para aprender sobre a natureza, sala de brinquedos, berçário, etc. O principal conflito em

⁴ A ONG Renovatio também é responsável pelo projeto da Fábrica de Óculos na vila.

relação a creche foi com relação aos critérios para conseguir as vagas. Algumas mulheres pediram para que as vagas fossem prioritárias para as mães que trabalham e não para mães “*que ficam em casa sem fazer nada*”. Para este projeto da creche, a proposta é que as cuidadoras fossem da própria comunidade, as quais receberiam treinamento.

A presença quase exclusiva de mulheres e a reivindicação de que as vagas fossem somente para filhos de mães que trabalham representam a afirmação da construção social de que as mulheres são responsáveis pela reprodução da vida. Como Borges *et al* (1981) demonstra, o cuidado, proteção e educação de crianças pequenas é tido como um problema da mãe e só dela. Além disso, ocorre uma desvalorização do trabalho doméstico, que por não ser remunerado não tem sua importância reconhecida nem por aquelas que a exercem.

Apenas uma mulher, depois de ouvir o argumento sobre a prioridade para as vagas, defendeu que a creche é um direito da criança e não deveria ter relação com a mãe trabalhar ou não. Isto é, uma visão de creche não como instituição de vigilância e assistência para os filhos de mulheres que trabalham fora, mas como um espaço de desenvolvimento da criança ao possibilitar o relacionamento com outras da mesma idade (BORGES, *et al*, 2014). Mesmo que as outras mulheres não concordassem com esta que defendeu o direito da criança, ao citarem que gostariam que houvesse jardim para que aprendessem sobre e em meio a natureza, ou salas de leitura, elas revelam que também possuem uma visão de creche como espaço pedagógico importante para o desenvolvimento da criança.

No entanto, a creche que será construída não atenderá a grande demanda da vila e este critério para as vagas permaneceu como decisão pela maioria presente na reunião.



Figura 25 - Reunião sobre os próximos desafios da vila (Fonte: Imagem própria)

6.4. Horta comunitária

Atualmente a Vila Nova Esperança mantém dois espaços com horta comunitária (Figuras 26 e 27), uma ao lado da outra e situam-se na Rua da Caixa D'água, próximas ao campo de futebol. A horta produz abóbora, berinjela, chuchu, cebolinha, manjericão, mamão, cheiro verde, abacate, cenoura, abacaxi, mandioca, aloe vera, abobrinha, alface lisa e crespa, couve manteiga, entre outros (Figura 28). O principal morador que atua na manutenção é o Inácio, que mora em frente a horta e é aposentado. Além dele, duas mulheres que moram nas proximidades auxiliam na manutenção diária, principalmente na rega das plantações.



Figura 26 - Horta comunitária maior (Fonte: Página do *Facebook* da Associação Independente da Vila Nova Esperança)



Figura 27 – Horta comunitária menor (Fonte: Página do *Facebook* da Associação Independente da Vila Nova Esperança)

Aproximadamente a cada 15 dias é realizado mutirão de limpeza da horta. As mulheres costumam ser maioria nos mutirões, elas auxiliam na construção dos canteiros, retiram as ervas daninhas e de tempos em tempos fazem a colheita.



Figura 28 – Hortaliças colhidas na horta da vila (Fonte: Página do *Facebook* da Associação Independente da Vila Nova Esperança).

A divisão sexual do trabalho com relação a horta não é uniforme. As atividades de manutenção que exigem trabalho “pesado”, como nivelar o terreno, realizar a limpeza e carregar material acabam sendo associadas ao trabalho masculino. Quando uma mulher estava ajudando a cortar parte da cerca para sua reconstrução, um homem disse que “*mulher com facão na mão é um perigo*” e em outro momento em que eu limpava uma área com a enxada um homem afirmou aos outros homens “*Vocês não podem deixar uma mulher pegar na enxada, coitada*” e tentou retirar a enxada de minhas mãos. Regar, plantar e

colher não são atividades que observei serem atribuídas a determinado gênero. A Dona Maria no momento estava grávida e ao responder sobre sua relação com a horta disse:

...eu já comi bastante coisa da horta. Essa semana mesmo eu já mandei as meninas ir lá em cima no Seu Inácio, ele que fica com a chave, pedir coentro, cebolinha, já pra não comprar. Comi abóbora, maxixe, alface, chuchu, um monte de coisa. O que pensar de verdura lá da horta a gente lá colheu e eu já comi. A horta também já ajudou muita gente. A gente inventou essa horta, era o sonho da Lia fazer ela e foi nisso que essa horta ajudou muita gente. 'Esbrangiu' o mundo, conhecendo a Vila Nova Esperança... (..) agora eu não estou podendo capinar, mas eu falei com os meninos lá em cima, o Miguel deu risada, falei "Miguel, se eu pudesse pegar na enxada, nenhum de vocês me acompanhavam!" (...) Só que como o médico me pediu para fazer mais repouso, eu não estou podendo muito... (Dona Maria)



Figura 29 – Mutirão para limpar o terreno ao lado da horta comunitária (Fonte: Página do Facebook da Associação Independente da Vila Nova Esperança)

Assim como para a Dona Maria, outras mulheres veem a horta como a principal estratégia de permanência da vila:

Pra mim a horta foi uma boa pedida aqui pra dentro. Porque através da horta é que a Vila está aqui. A horta que está sustentando a

Vila, se não fosse a horta eles já tinham tirado. A horta ajuda bastante. Mesmo que eu participo muito pouco da horta, mas é muito importante a horta aqui dentro da Vila. É muito, muito importante! (Antônia)



Figura 30 - Participação das mulheres em mutirão da horta (Fonte: Página do Facebook da Associação Independente da Vila Nova Esperança)

A horta para algumas mulheres representa um espaço de terapia, relação com a natureza ou lembrança da infância:

Tiramos bastante legumes e verduras de lá e eu acho gostoso. Toda de manhã ou de tardezinha eu vou lá. A gente sabe o que tem e o que não tem. Se entrar uma formiguinha e ela colher uma folhinha nós sabemos porque nós sempre estamos juntos (...) ...eu vou na horta, olho pros verdes e fico sozinha lá. (...) [Eu gosto da horta] porque fui criada mexendo com a natureza. (Vaninha)

[A horta lembra minha infância] porque eu sempre trabalhei com meus pais na roça e minha vida foi isso. (Dona Maria)

Alguns dias após o falecimento do filho da Val a encontrei na horta ajudando no conserto da cerca. Sua afilhada, Vaninha, dizia a ela que ficar na

horta a ajudaria a se distrair, não ficar pensando no que aconteceu. A Val relatou que estava sem muita vontade de fazer tarefas em casa, que “*começou a lavar a louça e largou lá*” e que ir para a horta estava sendo bom. Para Alda a maior importância da horta está na união das pessoas:

[Na horta eu] ajudo a limpar, a colher, as vezes a gente até come bastante coisas e sai dividindo com o vizinho, com as pessoas. Que nem (dizem) “Ah, não tem nada...” e você vê “Ah, tem uma horta comunitária, se você ajudar um pouquinho vai ter mais coisas para comer”. É muito bom, essa horta aí foi muito boa, foi um projeto bom mesmo que veio para reunir as pessoas. Porque tem um tempo que a gente se organiza e reúne bastante gente para lutar, para colher, para plantar novamente. Foi muito bom. (Alda)



Figura 31 - Mutirão na horta comunitária (Fonte: Página do Facebook da Associação Independente da Vila Nova Esperança)

A horta possui diversas representações para as mulheres, para algumas, até se associa a maternidade com a horta: “*É tipo aquela horta ali você planta e todo dia nós vamos olhar para ver se está nascendo (...) Eu plantei, quero colher, quero cuidar*”. De certa forma, elas interpretam a horta como extensão de suas casas e o espaço comunitário se aproxima de características do espaço privado.

6.5. Almoço comunitário

Em dezembro de 2014 foi realizado um almoço comunitário na vila, como uma confraternização de fim de ano entre os moradores. A colaboração era voluntária e mesmo quem não ajudasse poderia participar. As mulheres cozinhavam em suas casas arroz, feijão, carne cozida, frango assado, preparavam as saladas e os homens eram chamados para carregar as panelas para a Associação.



Figura 32 – Preparação do almoço comunitário de fim de ano (Fonte: Página do Facebook da Associação Independente da Vila Nova Esperança)

Além dessa divisão do trabalho, ao longo do almoço as mulheres colocavam comida no prato primeiro para o marido e/ou filhos adolescentes para depois prepararem os próprios pratos, acabam sempre sendo as últimas a comer. As mães com filhos pequenos tentam se alimentar ao mesmo tempo em que os alimentam.



Figura 33 - Almoço comunitário de confraternização (Fonte: Página do Facebook da Associação Independente da Vila Nova Esperança)

Além deste tipo de atividade pontual como os almoços comunitários, em todos os dias de trabalho na vila em reuniões e mutirões há mulheres que fazem o almoço para os participantes. A principal cozinheira é a Val, quando ela não pode a Dona Maria ou a Alda fazem as refeições. Para algumas mulheres cozinhar é percebido como uma participação equivalente a ir nas reuniões: *“Eu ajudava bastante, ai como não pude ajudar assim pra sair, eu ajudava fazendo a comida e a comida de todo mundo que vinha eu que fazia.”* No entanto, Alda afirma: *“Nós sempre participamos em todos os mutirões... infelizmente eu sou a cozinheira do mutirão”*. Com esta colocação entendo que Alda almeja participar de outra forma das atividades e não necessariamente que ela desvaloriza a função de cozinheira, pois logo depois ela diz gostar de cozinhar.

Embora não seja desvalorizado, o fato de apenas mulheres serem encarregadas por preparar as refeições decorre também da naturalização do

papel da mulher enquanto responsável por uma atividade relacionada ao âmbito doméstico.

7. Percepção sobre a participação

As mulheres são maioria nas diversas atividades da vila, Dona Maria deixa claro como os homens são ausentes:

...os homens daqui de dentro não participam de nada. São metade dos homens que participam. Se você fizer um mutirão hoje você conta nos dedos. Se você achar nessa Vila 10 homens, se você fizer um mutirão aqui, 10 homens que digam que vão trabalhar ou até (ir) na reunião não tem muitos. São todas mulheres. Você pode ver o que vão fazer aqui dentro. É negócio de mutirão, quando sobe lá, no campinho, no mirante eram todas mulheres. Os meninos que estavam eram todos de fora, do TETO, que vieram fazer projeto aqui dentro para ajudar nós, mas os moradores homens daqui de dentro... quem trabalha aqui é as mulheres. Até mesmo aqui dentro quem dá a comida para eles. (Dona Maria)

Ela ainda lembra que além de trabalharem nos mutirões e irem nas reuniões ainda são as mulheres que cozinham. Sobre as mulheres sempre serem maioria nas atividades, Lia explica:

Acho que os homens na maioria, não são todos, mas os homens na maioria não tem muita responsabilidade. Sinceramente eu não sei. [Na horta a maioria também] são as mulheres. Não todos os homens, mas os homens na maioria são uma vergonha. (Lia)

Para ela o pouco envolvimento dos homens está ligado a falta de responsabilidade, pois se realmente estivessem preocupados em manterem suas moradias e trazerem melhorias para a comunidade eles participariam tanto quanto as mulheres. A questão da responsabilidade também aparece nas falas das mulheres quando estão definindo o que é ser mulher, o que será discutido no próximo tópico.

As mulheres participam de formas diferentes nas atividades. Há mulheres que marcam presença em todas as reuniões, outras ajudam fazendo o almoço aos participantes, algumas acompanham a Lia em reuniões no Conselho

Municipal Participativo e audiências públicas, há aquelas que aparecem em reuniões dos assuntos que julgam mais relevantes e aquelas que participam de mutirões de limpeza da vila, de plantio, manutenção e colheita da horta ou de mutirões de construção (que são mais raros).



Figura 34 – Mulheres preparando Festa Junina de 2014 (Fonte: Página do Facebook da Associação Independente da Vila Nova Esperança)

Entre as mulheres que participam de diferentes maneiras não percebi nenhuma desvalorização entre elas. A principal reclamação é com relação as pessoas, homens e mulheres, que nunca participam ou só procuram a Associação para reclamar e pedir coisas.

Muitos não querem participar. Quando a gente passa nas casas chamando falam que é mentira, que aqui é conversa que tem anos que moram aqui que escuta essa conversa todo dia que vai sair e nunca acontece, é mentira. Se a gente faz um mutirão, como você viu ali, pra 600 famílias, se tivesse ali umas 8 pessoas. Não tinha mais do que isso. É pouca gente que participa e os que participa é...lá na horta você viu, é os que planta e os que colhe. Se tem um mutirão poucos participa. Tudo, tudo que vai fazer aqui dentro na vila, se é uma reunião, tudo, você pode ver que é as mesmas pessoas que estão ali, poucos ajudam. (Dona Maria)

Entre as entrevistadas, as mulheres que têm filhos com problemas de saúde que demandam cuidado específico são as que apresentam maior dificuldade em participar:

...eu faço o que eu posso. Eu não ajudo mais porque eu não posso, *eu tenho um menino especial e não posso sair*. Eu ajudava bastante, aí como não pude ajudar assim pra sair aí eu ajudava fazendo a comida e a comida de todo mundo que vinha eu que fazia. (...) Eu ajudo no que eu posso, as vezes também precisa de um dinheiro, eu ajudo também com dinheiro. Agora pra ajudar assim pra sair sempre assim em reunião nunca mais eu participei, em reunião. Nunca mais ajudei muito, mas eu ajudo no que eu posso. (Val, casada).

Ah, não vou mentir, eu vou falar a verdade. Meu esposo trabalha de noite, quando eu posso eu vou. (..) Mas as vezes na reunião...as vezes eu tenho ido, a irmã Lia tem pedido pra nós irmos assim em Prefeitura, subprefeitura, quando dá eu vou. Aqui sempre eu tenho ido, mas ultimamente, meu esposo trabalha assim a noite e quando chega só dorme, aí eu tenho que estar com ele (filho mais velho) e tem também o que fazer em casa. (Gilda, casada)

A participação da Val costumava ser principalmente fazer o almoço para os participantes de reuniões e mutirões, pois enquanto seu filho portador de paralisia cerebral estava vivo ela era a principal responsável por cuidar dele, e por isso não conseguia estar presente em reuniões, mas valorizava muito seu trabalho em fazer as refeições. Com o falecimento deste filho, trabalhar na horta está sendo uma forma de terapia. No caso de Gilda, seu filho mais velho teve meningite na infância e possui grande dificuldade de aprendizagem:

[Ele está no] primeiro ano, mas é tipo primeira série assim, primeiro aninho de escola pra ele, é tanto que a vaga dele era de noite e não podia porque eu não confiava. Elas pegaram e mudaram ele pra de manhã, porque pra ele tanto faz entrar numa sala de criança ou o que seja, pré-adolescente. Ele já tem 18 anos, já é um homem, mas não. Eu tenho essa responsabilidade também, você vê essa minha história, tem umas que tem histórias pior, mas acho que uma dessas histórias minha também acho que é um pouco meio pesado. Responsável tudo em minhas costas, meu esposo trabalha, então tudo tem que ser eu. Para dar um remédio, precisar de alguma coisa. (...) Eu me preocupo com ele, tem vezes que ele some de casa. Tem vezes que no culto nem tenho condições de ficar aqui, saio atrás dele aí na rua. Ele toma remédio controlado. (...) Se deixar ele foge, fia. Chega no outro dia, não sabe nem onde estava, onde andou, mas graças a Deus, ele nunca mais ele fez isso. Mas já passamos por esses momentos, de nem minha

cabeça funcionar direito pra cá (igreja) porque fico pensando nele e quando eu subo não tenho ânimo nem de fazer as coisas pensando. Porque quando ele some ninguém sabe, está sem documento, sem telefone, sem nada. Tenho que ficar mais aqui, porque se acontece alguma coisa com ele é minha responsabilidade de ser mãe e na assistente social. (Gilda)

A Violeta também passa por estas dificuldades, mas a situação se agrava tendo em vista que ela é a chefe de família e trabalha como empregada doméstica e cuidadora de pessoas com mobilidade reduzida. Ela também conta com a renda do filho mais velho que recebe o Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS). Ela participa de reuniões, mas não costuma falar por ter vergonha, mas com relação a participação da horta, respondeu:

Não [costumo participar], minha vida é corrida. Preciso levar esse menino para o médico, levar esse na escola, ir no psiquiatra, oftalmologista, neuro. Tem quem me ajude colocar esse menino na perua, mas o difícil é o outro. Ele fez um exame, mas não deu certo. Quando eu fui buscar o resultado a médica disse "Oh, não deu certo, tem que fazer outro" ele se mexia muito. Ele tem oito anos. (..) Ele tem glaucoma, não tem esse fundo de olho e passa na oftalmologista. O Ivan também é especial, tem o pé esquerdo menor, mas operou. Tem também problema de cabeça e não sai de ônibus. Ele sai pra andar de bicicleta, anda na vila e conversa bem. Foi pro terceiro colegial, mas só sabe escrever e não sabe ler (Violeta, chefe de família).

Além das mulheres que cumprem dupla ou tripla jornada, para aquelas que têm filhos com demandas específicas o tempo de dedicação é ainda maior. Gilda precisa estar quase integralmente com o filho mais velho, Val levava o filho para o hospital para consultas e cirurgias inúmeras vezes e Violeta leva o filho para acompanhamento em diferentes especialistas.

Os problemas de saúde das próprias mulheres também afetam a possibilidade de participação. Este é o caso da Elza, 64, que participa das reuniões, mas relata que costuma apenas ouvir e ela nunca participou da horta por estes motivos:

Essas coisas assim eu não participo porque eu não aguento. É pesado. Toda vez que eu vou levar almoço pro Wagner (filho) quando

eu chego o coração parece que quer sair pra fora. Só nessa subidinha de lá pra cá (...) O problema é só a doença. Esse esquecimento que não sai. Eu tomo remédio pra cabeça, pra depressão. Se eu parar dois dias volta tudo de novo: eu fico em casa trancada e só choro. Por isso tenho que tomar todos os dias. Tomo seis em um dia só, três de manhã e três a noite. Todo dia é remédio pra pressão, pra diabete, pros ossos, a insulina, e um pra dor, que é um remédio que mando fazer na farmácia. É remédio demais, se eu te mostrar a caixa... (...) Eu não posso lavar roupa por causa da mão porque dói. (...) Quando eu lavo a roupa isso incha. O médico falou que gastou o osso então vem até aqui nas costas. Eu tenho que ficar só em pé, posso ficar sentada pouco tempo. Eu sei fazer costura de máquina mas com isso é difícil. (Elza)

Sobre participar da horta, há mulheres que preferem não participar por terem passado muito tempo de suas vidas trabalhando na roça, como no caso da Damásia. O Inácio, seu marido da interlocutora, é a principal pessoa que cuida da horta na vila e quando perguntada sobre participar de reuniões ela responde que geralmente quem participa é ele:

Lá (na horta) eu só vou olhar e voltar, mas esse aí (marido) vai lá trabalhar. Eu já trabalhei demais. Aí não, mas eu morava na roça. Trabalhei muito. Eu trabalhava na enxada também, era desse jeito. Eu vou descansar. (...) [Pra ajudar a associação] ...eu sempre dou uma coisinha porque também vivemos um pouco apertado. Agora esses dias não deu. Tem mais de um mês que eu dei uma ajudinha. Eu tenho vontade mas tem vezes que não podemos. O salário é muito curtinho. (...) [Nas reuniões] sempre ele é que vai. De vez em quando que eu vou. (Damásia)

Algumas mulheres participam junto com a Lia em espaços externos à vila, como o Conselho Participativo Municipal, manifestações de rua e audiências públicas, elas relatam que ficam nervosas, que não se sentem impelidas a falar e que não querem mais ir para estes lugares:

...só que eu passava mal, eu ficava tão nervosa para falar que não conseguia. Ela tem foto, tem tudo, só que eu não consigo ver foto, filmagem que me dava falta de ar e aquela agonia. Eu via aquelas coisas que eram mentira, que falavam da vila, "Ah qualquer coisa vocês vão sair". (Fui) ali na Liga Católica várias vezes, fizeram banquete, vinham me buscar aqui de ônibus. Muitas coisas eu ia porque tinha que ir e ver, mas era tudo mentira porque muita gente fingia que estava do nosso lado e não era, era para ver nós cairmos. (...) Nós fomos, mas eu

parei de ir daí em tudo que ela ia eu recebia aqui. A Lia falou “Pode ir porque tem gente lá”. Era eu, a Maria e a minha madrinha que recebia porque *nós não nos sentíamos mais bem. Eu comecei a ficar com trauma* e disse “Não, não vou mais Lia, eu não tenho coragem como você” e ela “Então eu vou e tacho a boca, falo um monte” e eu dizia “Está bem Lia, que Deus te acompanhe porque eu não tenho mais coragem de falar”. Era tipo assim, tinha uma pessoa para falar, a preferência era mais para a Lia, também tinha como alguns moradores falarem só que eu ficava com um nervoso. (...) Eu não conseguia ir, me dava aquela aceleração e eu dizia “Lia, vou morrer” e tinha que tomar água. Era uma dor de cabeça que me dava e até hoje só em falar “Vamos para rua”, eu não vou. Tem fotos de nós na rua e eu com as bandeiras nas mãos. Eu ia mas tinha que levar garrafa de água e o remédio, Lia é prova disso. Meu marido também não deixava... (Vaninha).



Figura 35 – Vila Nova Esperança participando de manifestação de rua reivindicando direito à moradia (Fonte: Página do Facebook da Associação Independente Vila Nova Esperança)

A Vaninha relata como sente-se nervosa, com dor de cabeça e falta de ar ao lembrar de sua participação em manifestações de rua e audiências públicas e que desistiu de ir por *não ter tanta coragem como a Lia*.

Ah, eu não gostei. Assim, eu gostei e não gostei. Gente (que) veio aqui na vila e falava “Ai que povo baixo, que povo favelado, brigam por tudo” e realmente, (tem) gente (que) ainda faz isso aqui na nossa

comunidade e eu imagino lá dentro de uma câmara, um monte de gente tudo da alta sociedade, de alto padrão de vida brigando por uma posição de poder. O que eu vi lá foi isso: um monte de briga, uma baixaria, um querendo humilhar o outro, descendo o outro (a um nível) mais baixo por coisas do poder e não ajudar a população que precisa deles. O que eu não gostei foi isso. Eu falei "*Lia, não me chame mais pra essa baixaria*" (risos) (Alda)

A Alda não gostou de participar do Conselho Municipal Participativo por conta dos inúmeros conflitos e por perceber que a intenção das pessoas brigando por posições de poder.

Na reunião assim, o que eu me sinto assim. Nesse tal desse Plano Diretor que eu fiquei nervosa no dia que eu fui. Porque assim todo mundo pode falar, quando chega na parte da Vila Nova Esperança, eles não deixam falar... "não, que não pode falar" (...) Eu acho que no caso deles, eles não querem que a gente fale porque nossa comunidade é uma comunidade pobre. Como eles falam que é uma favela, é como se a gente não tivesse um direito. Eu acho que o direito é igual, tanto faz o rico, como o pobre. Eu sei que o rico tem dinheiro, mas é através do rico (que) vem o pobre. Tem muitas coisas que o rico só tem por causa dos pobres, se não fosse os pobres não tinha. Tem tantas pessoas aí que é rico, que mora em lugar e veve morrendo afogado, com as enchentes, tem suas casonas e as águas saem levando tudo. Nós com a pobreza da gente, que nem eles falam, a gente graças a Deus até aqui nunca chegou a falar "Hoje eu não vou dormir porque a casa está alagada", ou não tem como coisar, ou não posso passar, cheio d'água. (...) Avê Maria muita baixaria. Eles são chiques para querer dizer que são lá em cima, (mas) eles são piores do que nós. (...) Eu tenho mais educação do que eles lá fora porque nós fomos em uma reunião do conselho. O que é de mais palavrão que eles falam! Cada palavrão... quando eu vi. (...) Eu falei "Lia, só falta eles se matarem lá dentro". Um é mentiroso, o outro é descarado, não sei o quê. É uma baixaria. Aqui pelo menos tem uns que quer dar uns negócios, mas ah aqui ninguém fala palavrão em reunião. Ninguém sai no tapa, no murro, nos coiso. Nossa! Eu achei um horror. (...) Eu nunca vi uma coisa daquela e olha que é tudo no salto. Tudo bem arrumado. É mesmo. Os homens todos no sapato social, na gravata, mas educação, minha fia, passou bem longe. (...) Eu tiro por mim, nem estudo eu tive, mas eu tenho educação para dar para eles. Eu falei para a Lia "Lia, na hora que formos para lá tem que chamar eles para a gente ensinar para eles saberem respeitar os outros porque nem educação tem. (Dona Maria)

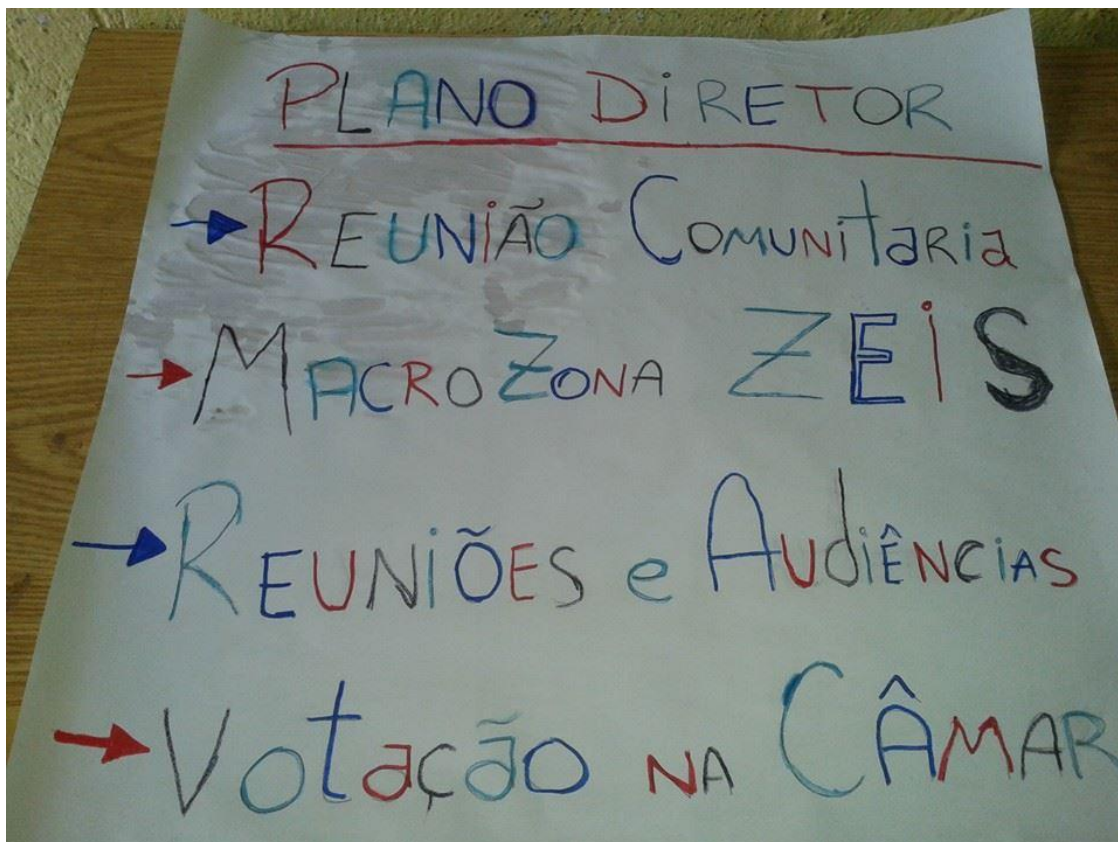


Figura 36 – Cartaz da Associação demonstrando as etapas da luta para estabelecer a vila como ZEIS (Fonte: Página do Facebook da Associação Independente da Vila Nova Esperança)

O principal problema para Dona Maria é a pouca oportunidade que os moradores da vila têm de falar em espaços como as audiências públicas da revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do solo. Ela também não gosta da forma como os conflitos são explicitados e a forma como as pessoas tratam umas às outras, assim como a Alda. Para estas mulheres estes espaços participativos da cidade não foram confortáveis, mas elas continuam participando na vila.

)

[Eu vou nas reuniões] principalmente aos domingos. Eu sempre estou. Aqui em casa nós sempre estamos juntos. (...) Na semana dificulta pelo fato de trabalho. De domingo eu acho que não custa nada a gente ir lá uma horinha porque é para o nosso próprio bem. Se for analisar é para nós mesmos. Não dificulta nada, eu acho que as

peessoas que não querem é porque tem má vontade. [Para falar] eu me sinto bem, só não falo mesmo. Não sou de falar. Mas assim, a gente tem uma opinião da gente. As vezes a gente até não fala na reunião mas passa para alguém que está ali, as vezes fulano colocou uma palavra que não foi bem colocada, “Eu acho que poderia ser desse jeito...” ou “Eu acho que poderia ser de outro jeito”. As vezes eu até comento isso com a Lia, e a Lia “E porque você não [falou na hora]?”, “Ah é melhor falar para tu” (risos). (Alda)

Tudo que ela me chama eu estou pronta pra ajudar. Você pode perguntar para ela que ela fala que nem os outros aqui dentro que eram da Associação fazem o que eu faço junto com a Lia. (Dona Maria)

A Alda está presente na Associação em muitos momentos, mas raramente se expressa no momento das reuniões, ela geralmente fala só para a Lia a sua opinião. No caso da Vaninha, ela começou a participar menos a partir de conflitos com o marido:

Agora eu me afastei um pouco, como eu falei pra vocês, porque eu estava com um problema familiar. Eu já ajudei muito. Pode ver. Tem muita foto minha no começo e nesse negócio de reportagem. Eu participei em tudo. Eu sempre falei pra ela “Lia, não desiste que eu tô com você”, mas chega uma hora que de tanto eu ficar focada aqui meu marido não entendia. (...) Ele não entendia. Ele dizia “Que nada, eu já vi tanto lugar sair e as pessoas ganharem casas” e eu falava “Não é assim porque aqui é um local que é área ambiental por isso que eles querem nos tirar daqui”. Aqui é um lugar que não alaga, bonito, que dá acesso pra tudo quanto é lugar, que tem ônibus na porta. Então se a gente não for forte é agora que eles nos tiram daqui. Até entrar isso na cabeça do meu marido foi muita luta. Eu brigava com ele e andava junto com a Lia e ela chorava por causa disso. Ela não queria ver eu brigando com o meu marido. Eu falei “Calma Lia, o que eu puder fazer eu vou fazer”. Então foi assim, sempre que eu puder ajudar ela. Eu falei pra ela “Olha Lia, eu acho que amigo seu não é aquele que lambe o seu pé toda hora.” Nos momentos difíceis eu estou lá. “Vanhina, preciso de você!” eu tô lá. Só que ela não se sente bem quando eu fico assim. Na hora que ela precisa eu participo das reuniões da associação. Tenho como provar isso, ela sabe disso. Houve só acho que duas reuniões que foi quando eu tive esse problema que eu fiquei de fora. Mas não foi aquelas reuniões tão assim (importante). É importante pra dentro da vila, mas eu sei que eu faltei. Tem vezes que não dá nem pra conversar com ela porque ela está com tantos problemas. Eu jamais quero levar problemas pra ela. Eu quero tentar ajudar ela como eu puder, não pra enfraquecer mais ela. É assim que a gente faz. (Vanhina)



Figura 37 – Lia e moradoras da vila participando de audiência pública (Fonte: Página do Facebook da Associação Independente da Vila Nova Esperança)

A Lia também passa por estes conflitos com a família por conta de sua participação enquanto líder comunitária. Em 2013 ela foi eleita conselheira do Conselho Municipal Participativo da subprefeitura do Butantã, cujo mandato se encerrará em dezembro de 2015. Ela também é terceira suplente como representante das mulheres no Conselho de Planejamento e Orçamento Participativos (CPOP) da cidade de São Paulo (Figura 38):

Então para mim, sinceramente, talvez muitos moradores não tenham noção do que eu passei e tenho passado até hoje para garantir uma moradia digna para eles. Talvez por falta de sabedoria eles não vejam o que eu tenho feito, mas uma coisa eu sei: quanto eu tenho sofrido, quanto eu tenho abandonado minha própria vida para ajudar muitos moradores que não sabem. Eu não sei se é por ignorância. Eu não sei se é porque não quer enxergar. Eu não sei qual o motivo. A única coisa que eu sei é que tem só um que sabe o quanto eu tenho sofrido, o quantos “não” eu tenho recebido para trazer o melhor para essa comunidade e o quanto eu tenho enfrentado pessoas tanto da Vila como de fora. (,,,) Eu abandonei a minha casa. Eu não cuido mais da

minha casa. Eu abandonei minha vida inteira para ajudar várias pessoas e dentro dessas várias conto nos dedos aquelas que reconhecem. (...) O Wesley, como ele só tem 12 anos, fala muito. Domingo era para eu pegar meu filho e eu não tenho dinheiro. Mas o pouquinho que eu ganho dá para eu levar meu filho no cinema, dá para eu levar ele no parque, em uma diversão. Levar ele em algum lugar, um shopping, levar ele para comer um lanche fora de casa. Eu não levo. Ele reclama porque eu não faço isso. Então, meu esposo as vezes reclama. Às vezes eu chego uma hora da manhã em casa e meu esposo está aqui dormindo sozinho. Meu esposo está operado, eu não posso ficar com ele, entendeu? Então isso tudo tira, só que ninguém vê isso, mas Deus vê. O Wesley que reclama “Você só sabe fazer as coisas para os outros!”. Você viu minha filha gritando que eu só faço as coisas para a vila. O povo veio até querendo me bater e (ela) tem razão. (Lia)

A Lia não trabalha mais como florista, ela auxilia o marido no pequeno mercado que têm no térreo da casa quando ele não pode e dedica o resto do tempo a sua atuação como líder comunitária. As reuniões do CMP e do CPOP, por vezes, ocorrem a noite e fazem com que ela chegue tarde em casa. Este mesmo afastamento encontra-se nas líderes comunitárias do CPOP de Porto Alegre estudadas por Matos (2009), que destaca que ao empreender uma ação (sair de casa) visando um objetivo (as melhorias para a comunidade), as mulheres renunciaram às atribuições e expectativas do gênero feminino.



Figura 38 – Lia apresentando sua candidatura à representante das mulheres do CPOP (Fonte: Página do Facebook da Associação Independente da Vila Nova Esperança)

De modo geral, mesmo que não tenham permanecido no espaço público como a Lia, a luta pela casa foi para as mulheres da vila a primeira razão para levar adiante uma ação coletiva, o que exigiu a saída do espaço privado para reivindicar o direito à moradia, mesmo processo observado por Lisboa (2003) em líderes comunitárias caboclas. As conquistas como energia elétrica e água encanada representam o empoderamento social das unidades domésticas e reforçam o empoderamento psicológico e político das mulheres, na medida em que essas vitórias reforçam a autoconfiança e a crença na força pessoal e demonstram o poder político alcançado (LISBOA, 2003).

8. O que é ser mulher: autodefinição de gênero

Neste tópico discuto as respostas para a pergunta, que geralmente era realizada no fim da entrevista, “O que é ser mulher?”, como meio de obter uma autodefinição de gênero. Como argumentei anteriormente, a pergunta foi feita de modo mais amplo e não por contraste com o gênero masculino para não enviesar uma premissa valorativa da pesquisadora.

A única mulher que não respondeu a esta pergunta teve sua entrevista realizada na presença do marido. A maioria das respostas não fez uma relação de contraste com o gênero masculino e deram ênfase de fato em como se sentiam como mulheres. Embora não tenham relacionado as diferenças entre ser mulher e ser homem, o domínio do espaço privado sempre aparece associado a mulher:

...a mulher tem que ser responsável. A mulher está aqui para cuidar do esposo, a mulher está para cuidar de tudo, principalmente quando passa a ser mãe, cuidar dos filhos. (Gilda)

Ah, ser mulher para mim é tudo. Oh, só de ser mulher e ser mãe... porque aquilo eu não tive como criança, minha mãe não pôde me ensinar, me dar e me explicar, hoje eu tenho dos meus filhos. O que eu posso falar para os meus filhos, para mim isso não tem preço. Eu vejo ai muitos filhos abandonados. Muitas mães que não ligam para os filhos sabendo que tem tudo para cuidar e ainda dá o direito para a justiça tomar conta. (...) Porque são os filhos que fazem você respirar, você andar, tudo, não é? Porque tudo o que você quer fazer é em volta dos seus filhos, é para ele, é por isso que eu acho importante ser a mulher. A mulher. Porque tem muitas que é mãe, mulher e não sabe separar, confunde. Tem mãe que só tem filho por ter. Eu penso, para mim não importa, o importante é ter ele e cuidar dele, você passou de tudo por ele. É tipo aquela horta ali você planta e todo dia nós vamos olhar para ver se está nascendo. Eu fiz uma hortinha aqui pequenininha em cima da geladeira, plantei e todo o dia eu vou lá olhar para ver se nasceu. Olha como está linda! Então o importante é isso. Eu acho assim, tem muitas que faz sente a dor e joga fora. Eu não. Eu plantei, quero colher, quero cuidar. E os bichinhos não pediram para vir ao mundo, era o meu sonho ser mãe porque eu queria mostrar para ele como uma mãe cuidava do filho. (Vaninha)

A Vaninha relaciona a pergunta sobre ser mulher diretamente ao papel de ser mãe e faz uma analogia entre maternidade e ter uma horta, mantê-la e depois querer colher os frutos.

Em alguns depoimentos também se faz menção a ocupação tanto do espaço privado, quanto do público por parte das mulheres, o que remete a necessidade da tripla jornada realizadas por mulheres que estão no mercado de trabalho e cuidam da casa e dos filhos.

Eu acho que mulher hoje em dia tá com um acúmulo de funções porque a gente trabalha fora, chega em casa e tem um segundo tempo esperando. Porque você faz tudo, né? Tem que cuidar da casa, da roupa, da alimentação, do bichinho de estimação, depois você tem que pagar as contas (...) Você acaba nem vivendo, você vive pro seu trabalho e pra sua família. (Andreia)

Os seguintes trechos são das respostas que fizeram contraste com relação ao gênero masculino:

Ser mulher é muito bom, mas *são muitas responsabilidades*. Parece que você é a estrutura de uma casa. Tem o homem que o *homem fala que é tudo, mas na verdade a mulher é tudo*, a mulher é uma estrutura. A mulher é a base de uma casa, a base de uma família. Eu acho que sem ela não sobreviveria. É a base em tudo. Tipo, uma mãe de família tem que ter suas responsabilidades, tem que ter suas obrigações, o marido sentir firmeza. Ela tem que ter uma estrutura para o marido sentir firmeza. Ela é o porto seguro da família. (Alda, chefe de família)

...ela tem uma responsabilidade em tudo. A mulher já chama mulher, ela é responsável, ela é auxiliadora, em tudo, a mulher se chama mulher. *Porque homem não tem responsabilidade que a mulher tem*. Pra mim a mulher é ser mulher e tem que ter sabedoria ainda, você sabe, porque a mulher ela tem que cuidar da família, tem que cuidar dos filhos, tem que cuidar de outras pessoas ao redor dela e ainda tem que cuidar do marido. Se fosse eles, *quantos maridos não tem responsabilidade de tomar conta de uma família? Eles espalham e a mulher não*. A mulher chama "mulher e mãe", é acolhedora. (Antônia)

...ser mulher é você ter que dar conta de tudo. Ser mulher, você ter os filhos, você tem que cuidar de casa, tem que dar apoio ao marido, porque se você...não sei todos, eu tiro pelo meu, uma hora que você disser que está cansada, fica bravo, reclamando da sorte. Você como mulher, você tem que dar conta de tudo. Já está dizendo, você é mulher,

pra dar conta de filho, de marido, trabalhar, porque hoje em dia você sabe que a mulher trabalha mais do que os homens. (Dona Maria)

A Alda, chefe de família, entende a mulher justamente como estrutura da família, a Antônia faz um contraste entre a responsabilidade do homem e da mulher e a Dona Maria explícita as múltiplas responsabilidades da mulher.

A identificação das mulheres aparece prioritariamente ligada a família, o que se expressa no fato das mulheres se definirem através da família, como filha, esposa e mãe. Enquanto ao homem associa-se uma atitude de irresponsabilidade, de menor compromisso com a família, menos preocupado cotidianamente com os filhos (SALEM, 1981).

A Lia define de outra maneira, acentua uma diferença apenas biológica entre homem e mulher e enfatiza que as mulheres são tão capazes quanto os homens:

Eu acho que ser mulher, mulher mesmo, tem que ser arretada. Ela tem que saber o que quer. Não ter medo de nada. E sei lá para mim, ser mulher é isso. Não é porque você é mulher que você tem que abaixar a cabeça, só dizer amém. A diferença de um homem para a mulher é porque... só porque o homem tem um... ah, eu nem vou dizer o quê. Não! Você é capaz, você é mulher, você é capaz de fazer os mesmos trabalhos que o homem. Eu tenho o maior orgulho de ser mulher e não me troco por certos homens que eu vejo aí. (Lia)

Esta perspectiva diferenciada sobre gênero pode estar relacionada com a desconstrução de seu papel esperado enquanto mulher, pois Lia ocupa o espaço público e “abandonou” o espaço privado. Esta desconstrução de sua definição do que é ser mulher, não impede que ela se sinta culpada por não atender as expectativas que seu marido e seus filhos têm sobre ela.

9. Considerações finais

Este trabalho abordou a participação de mulheres da VNE em projetos que buscam a melhoria da comunidade e que futuramente podem resultar na urbanização. Buscou-se compreender quais as dificuldades e as motivações das

mulheres para a participação através da associação, de contribuições em reuniões, mutirões, etc.

Foi observado que as mulheres são maioria nas atividades da vila, tanto em reuniões na associação quanto em mutirões de construção, de limpeza dos espaços públicos e de plantio, manutenção e colheita da horta. A este fato algumas mulheres atribuem a postura irresponsável da maioria dos homens, que não incorporam os mesmos anseios das mulheres com relação a luta pela moradia, por saneamento básico, creches, etc. Para entender as reais motivações para o pouco número de participantes, seria interessante que os próprios homens respondessem suas razões para não participar.

As formas de participação das mulheres também são diversificadas: há mulheres cozinheiras, mulheres mutirantes, mulheres que participam de inúmeras reuniões, as que se expressam, as que apenas ouvem, as que colaboram financeiramente com a associação na medida que podem e também há mulheres que acompanham a Lia em espaços participativos como conselhos da cidade.

Entre as entrevistadas as mulheres com filhos com necessidades especiais são as que apresentam maiores dificuldades em participar presencialmente em reuniões e mutirões. Problemas de saúde da própria mulher também impedem que ela faça certas atividades, como mutirões da horta. Essa dificuldade é ampliada dada as condições de precariedade da vida destas mulheres. A ida ao hospital da periferia para o centro por meio de transporte público, os remédios, muitas vezes, não fornecidos pelos postos de saúde, as condições ambientais desfavoráveis, como ausência de tratamento de esgoto, são dificuldades diárias para estas mulheres.

A divisão do trabalho em algumas atividades da vila geralmente segue atribuindo às mulheres os trabalhos associados ao âmbito doméstico como cozinhar, limpar, cuidar de crianças. Aos homens são direcionadas as atividades consideradas “pesadas”, como carregar material, construir estruturas, utilizar

ferramentas de construção civil. Na prática, por vezes, são as mulheres que realizam todas as atividades, mas elas fazerem o trabalho “pesado” não tem modificado a atribuição socialmente construída de que os homens devem realizá-lo, pois este tipo de trabalho não passa a ser considerado também como feminino. Uma possível potencialidade é o entendimento de que a ausência da maioria dos homens pode fazer com que as mulheres descubram que são capazes de executar inúmeras tarefas e projetos às quais elas não se imaginariam fazendo.

Dada a maior convivência entre as mulheres, a possibilidade de transmitirem informações e se mobilizarem para realizar mutirões, idealizar projetos e participar de reuniões é maior do que entre os homens que saem para trabalhar em diferentes regiões da cidade, o que constitui uma potencialidade à participação feminina.

A baixa escolaridade é um limite a ser superado pelas mulheres, pois não depender de pessoas voluntárias externas à vila para elaborar documentos e solicitações importantes permite maior autonomia da comunidade em agilizar a organização da associação de moradores. Esta dificuldade já está sendo superada, uma das mulheres mais jovens vem aprendendo como escrever e editar documentos para esta finalidade. A longo prazo, o projeto de construir uma escola para educação de adultos também contribuiria para reduzir esta dificuldade, tanto para as mulheres quanto para os homens. Uma maior escolaridade também aumenta a possibilidade de inserção no mercado de trabalho e o acesso a empregos menos precários.

A luta pela moradia provocou a saída do espaço privado para o público para algumas mulheres, pelo menos por um momento. A participação nos espaços públicos da vila representa uma extensão da casa, na medida em que elas passam a zelar pela conservação e organização das ruas, dos parquinhos, das plantações da horta e da associação de forma semelhante ao cuidado com suas casas.

As mulheres que estiveram em espaços de participação externos à vila não se sentiram confortáveis, não gostaram de como as discussões são realizadas e desistiram de ir a estas reuniões. A desistência de participar destes espaços para algumas foi motivada por valores éticos, pois consideram que estes estão repletos de disputa de poder, falta de respeito mútuo, ao que elas denominam como *baixaria* e falta de educação.

A saída para o espaço público, para uma das mulheres, provocou conflitos familiares que a obrigou a retornar ao seu papel predestinado de dona de casa, de esposa e de mãe. Uma solução para este conflito seria uma divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres. Enquanto essa divisão não se concretiza, a inserção das mulheres no espaço público as desafia a conciliar a participação social com a vida privada.

A renúncia ao espaço doméstico pode significar ressentimento e culpa na família e na mulher, respectivamente, além de causar quebras na rotina do cotidiano familiar e padrões morais de comportamento, como no caso da Lia. No entanto, as conquistas políticas e sociais, como a água encanada, a luz elétrica e os inúmeros projetos em andamento, retroalimentam o empoderamento psicológico que incentivam a mulher a continuar atuando nestes espaços de disputa. A regularização fundiária não resolvida, a ausência de tratamento de esgoto, a demanda por creches e espaços de lazer são as questões que continuam impulsionando a participação das mulheres da Vila Nova Esperança.

A grande responsabilidade atribuída socialmente às mulheres acaba revelando o grande potencial enquanto pessoas ativas e participantes, pois elas internalizam que cabe a elas a luta pelo bem-estar de sua família, o que as motiva no envolvimento com os projetos da vila. O limite se dá quando as mulheres não conciliam a participação com sua responsabilidade doméstica e são cobradas a retornar aos cuidados com a casa, com o marido e com a educação dos filhos.

A participação das mulheres na vila tem sido de extrema importância na capacidade de mobilização e organização da comunidade na luta pela moradia digna para população de baixa renda. Estas mulheres pobres que viveram e vivem em condições de escassez e precariedade demonstram que a luta por permanência na vila gerou uma relação de pertencimento e identidade com o território.

O objetivo de constituir uma vila ecológica é o desafio aceito pela VNE, que busca demonstrar que é possível haver habitações próximas a remanescentes florestais de forma menos impactante se houver um projeto de longo prazo que envolva educação ambiental, projetos socioambientais integrados, solidariedade e responsabilidade coletiva, porém é imprescindível que esta construção leve em consideração as diferentes vivências de mulheres, homens, crianças, adolescentes e idosos.

10. Bibliografia

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ANGROSINO, M.; FLICK U. (Coord.). **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARROS, I. M. R.; ESCUDERO, R.; MERCADO, L. B. **Relatório das Enquetes de Caracterização Socioeconômica - Comunidade Vila Nova Esperança**. São Paulo: TETO. Outubro de 2013.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. A experiência vivida (Vol. 2). 2.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BORGES, A. *et al...* Quem pariu Mateus que o embale. **Mulherio**, São Paulo, ano 1, n. 4, nov. 1981, p. 10.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**, São Paulo: T. ^a Queiroz; Ed. Da Universidade de São Paulo, 1987.

CALDEIRA, T. P.R. **A política dos outros — o cotidiano dos moradores de periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo, Brasiliense. 1984.

CHANG, A. S. H.; et al. **Mapeamento e soluções de engenharia para áreas de risco: Comunidade Vila Nova Esperança**. 2014. Projeto de Formatura (Graduação em Engenharia Civil) - Escola Politécnica da USP, São Paulo, 2014.

COSTA, R. **Impactos sobre remanescentes de florestas de Mata Atlântica na Zona Oeste da São Paulo: um estudo de caso da mata da Fazenda Tizo**. 2006, 211 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CYMBALISTA, R.; CARDOSO, P. de M; SANTORO, P. F. **Plano Diretor Participativo e o direito das mulheres à cidade**. São Paulo: Instituto Pólis. 2011.

CORREA, V. Folha de São Paulo [Internet]. **Grupo armado ameaça moradores em visita da CDHU**. São Paulo: Vanessa Correa. Maio de 2011. [Citado em 10 de janeiro de 2015]. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/05/909256-grupo-armado-ameaca-moradores-em-visita-da-cdhu.shtml>>

DELGADO, L. de A. N. **História oral: memória, tempos, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FERNANDES, E. **Do código civil de 1916 ao estatuto da cidade: algumas notas sobre a trajetória do direito urbanístico no Brasil**. In: MATTOS, L. P. (Org.) Estatuto da cidade comentado. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002. p.31-64.

FREITAS, R. D. de C.; *et al.* **Memória, História Oral e Gênero – notas metodológicas**. XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS, 2010.

GARNICA, A.V.M. A. **História Oral como recurso para a pesquisa em Educação Matemática: um estudo do caso brasileiro**. Comunicação para V CIBEM, Congresso Ibero-americano de Educação Matemática, 2005.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 11.ed. Rio de Janeiro: Record, 2009

GONDIM, L. M. de P. **Meio ambiente urbano e questão social: habitação popular em áreas de preservação ambiental**. Salvador: Cad. CRH vol.25 no.64 Salvador Jan./Apr. 2012.

GORI, R. M de A. **Observação participativa e pesquisa-ação: aplicações na pesquisa e no contexto educacional**. Jataí: Revista Eletrônica de Educação da Universidade Federal de Goiás, v. 1, n. 2. jan./jul, 2006.

GROSTEIN, M. D. **Metrópole e expansão urbana**. São Paulo em Perspectiva, 15 (1), 2001.

JACOBI, P.R. **Moradores e meio ambiente na cidade de São Paulo**. Cadernos Cedec, São Paulo, n. 43, 1995.

LISBOA, T. K. **Gênero, classe e etnia: trajetórias de vida de mulheres migrantes**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Chapecó: Argos, 2003.

LOUREIRO, C. F. B. **Pesquisa-Ação participante e Educação Ambiental: uma abordagem dialética e emancipatória**. In: TOZONI-REIS, M. F. C. (org.) A pesquisa-ação-participativa em educação ambiental: reflexões teóricas. São Paulo: Annablume, 2007. p. 13-57.

MARICATO, E. **Metrópole periférica, desigualdade social e meio ambiente**. In: VIANA, Gilney et al. O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

MATOS, L. G. de. **As mulheres na democracia representativa - Etnografia da participação feminina no Orçamento Participativo de Porto Alegre a partir das líderes comunitárias**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MESSIAS, F. F. **Modernização periférica e a crise do trabalho: considerações sobre a reprodução social a partir da periferia metropolitana de São Paulo**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ROVAI, M. G. de O. **O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84)**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 108-132.

SALEM, T. **Mulheres faveladas: com a venda nos olhos**. In: FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L.; HEILBORN, M. L. (Org.) Perspectivas antropológicas da mulher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

SALVATICI, S. **Memória e gênero: reflexões sobre história oral de mulheres**. Revista de História Oral, v. 8, n.1, p.29-42, jan./jun. 2005.

SANTORO, P. F. **Gênero e planejamento territorial: uma aproximação**. Anais: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, Minas Gerais. set/out de 2008.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice, o Social e o Político na Pós-modernidade**. Coimbra: Edições Almedina.2005.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 50.597, de 27 de março de 2006. Cria o Parque Urbano de Conservação Ambiental e Lazer em área localizada nos Municípios de São Paulo, Cotia e Osasco e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 de março. 2006.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria do Meio Ambiente. **Plano diretor e diretrizes de projeto para o Parque Tizo**. 2ª. ed., São Paulo: SMA, 2010. 111p.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, 1º de agosto. 2014.

THOMPSON, P. **A voz do passado – História Oral**. 2. edição. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VIEIRA, H. Nosso Butantã [Internet]. **Vila Nova Esperança: Ministério Público e CDHU tentam remover comunidade**. São Paulo: Hector Vieira. Agosto de 2013. [Citado em 6 de janeiro de 2015]. Disponível em: <<http://nossobutanta.com.br/2013/08/14/vila-nova-esperanca-ministerio-publico-e-cdhu-tentam-remover-comunidade/>>

11. Anexo

Anexo 1

Roteiro para entrevistas:

História de vida

Nome do informante, endereço, ano de nascimento, estado civil, ano em que se casou, lugar de nascimento.

- Quantos anos você morou na casa em que nasceu? Onde morou depois? Você se lembra por que sua família fez esta mudança?
- Quantas irmãs e irmãos você teve? Como era sua relação com eles?
- Quantos anos tinha seu pai quando você nasceu? Qual era a ocupação do seu pai? Em algum momento ele ficou desempregado?
- Quantos anos tinha sua mãe quando você nasceu? Ela trabalhava antes de se casar? Depois de casada, ela trabalhou, ou não?
- Quem cuidava dos filho(a)s enquanto sua mãe trabalhava?
- Qual tarefa você tinha que fazer em casa para sua mãe ou para seu pai?
- Com que idade você começou a ir à escola?
- Depois da escola primária, você continuou os estudos?
- Enquanto estava na escola, você tinha algum emprego?
- Como foi o seu primeiro emprego em tempo integral?
- Com que idade você se casou? Que idade tinha seu companheiro?
- Onde você viveu depois de se casar?
- Você deixou de trabalhar depois do casamento? O que seu marido pensa sobre você trabalhar?
- Você teve filhos ou filhas? Quantos? Foram planejados?
- Quem cuidava das crianças enquanto você trabalhava? Como você se sentia ao deixar às crianças com outras pessoas?
- Há pessoas que pensam que os filhos e filhas devem estar com a mãe o tempo todo, outras pensam que isso não é necessário e que faz bem para eles estar com outras pessoas? O que você acha disso?

Vila Nova Esperança

- Como você chegou em São Paulo? E na vila? Há quanto tempo?

- Como era a vila quando você chegou? Quantas famílias você acha que havia?
- Como sua casa foi construída? Você se sente segura em sua casa?
- Como sua família fez para conseguir acesso a água e à energia?
- Quais eram as principais dificuldades? Ir até o posto de saúde? Levar os filhos na escola?
- O que você gosta na vila?
- Você presenciou a tentativa do CDHU de retirar os moradores da vila? Como você reagiu?
- O que você acha sobre a horta comunitária? Você procura ajudar? Como?
- Você acha importante participar das reuniões na Associação? Que tipo de coisa dificulta que você vá às reuniões? Desde quando participa? Seu marido também participa?
- Você se sente à vontade para falar nas reuniões? Costuma falar?